



DEFENSORIA PÚBLICA RELATÓRIO ANUAL | 2019

Dados, ações, projetos e números

outubro de 2018 a setembro de 2019



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO: Cristiano Vieira Heerdt

DEFENSOR PÚBLICO CHEFE DE GABINETE: Rodrigo Gomes Pinho

DEFENSOR PÚBLICO-ASSESSOR DE GABINETE: Rogério Souza Couto

SUBDEFENSORIAS PÚBLICAS-GERAIS

SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS: Liseane Hartmann

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES: Larissa Pilar Prado e Alcindo Strelow

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS JURÍDICOS: Tiago Rodrigo dos Santos

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES: Rafael Rodrigues da Silva Pinheiro Machado e Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros

SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: Antonio Flávio de Oliveira

DEFENSORES PÚBLICOS-ASSESSORES: Melissa Torres Silveira e Enir Madruga de Ávila

OUVIDORIA-GERAL

OUVIDOR-GERAL: Daniel Vargas de Farias

CORREGEDORIA-GERAL

CORREGEDORA-GERAL: Adriana Hervé Chaves Barcellos

SUBCORREGEDOR-GERAL: Marcelo Turela de Almeida

DEFENSORES PÚBLICOS-CORREGEDORES: Daniel de Araújo Bittencourt, Felipe Facin Lavarda, Gustavo Brunet de Souza e Silvia Pinheiro de Brum

CONSELHO SUPERIOR

Cristiano Vieira Heerdt (Presidente)

Liseane Hartmann (Subdefensora Pública Institucional)

Adriana Hervé Chaves Barcellos (Corregedora-Geral)

Aline Corrêa Lovatto

Mariana Py Muniz Cappellari

Neusa Maria Albrecht

Alessandro Genaro Soares Lema

Marcelo Martins Piton

Walter Luchese Willig

Daniel Vargas de Farias (Ouvidor-Geral)

Juliana Coelho de Lavigne (ADPERGS)

DIRIGENTES DE NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

NÚCLEO DE DEFESA DA SAÚDE: Enir Madruga de Ávila

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS FAMÍLIAS: Patricia Pithan Pagnussatt Fan

NÚCLEO DE DEFESA AGRÁRIA E MORADIA: Isabel Rodrigues Maroni

NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE TUTELAS COLETIVAS: Emilene Perin

NÚCLEO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Andreia Paz Rodrigues

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: Andrey Régis de Melo

NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER: Liliane Braga Luz Oliveira

NÚCLEO DE DEFESA CRIMINAL: Andre Esteves de Andrade

NÚCLEO DE DEFESA EM EXECUÇÃO PENAL: Alexandre Brandão Rodrigues

NÚCLEO DE DEFESA AMBIENTAL: Luciana Artus Schneider

NÚCLEO DE DEFESA CÍVEL: Rafaela Consalter

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....6

LINHA DO TEMPO.....	8
HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	10
ESTRUTURA.....	11
ATRIBUIÇÕES DOS DEFENSORES PÚBLICOS E CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO.....	12
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	13
SUBDEFENSORIAS PÚBLICAS-GERAIS.....	14
CENTRO DE ESTUDOS, DE CAPACITAÇÃO E DE APERFEIÇOAMENTO.....	16
NÚCLEOS ESPECIALIZADOS.....	17
ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO.....	18

NÚMEROS E ATENDIMENTOS.....20

ORÇAMENTO.....	22
ATENDIMENTOS.....	24
CONCURSOS E NOMEAÇÕES.....	26
RECURSOS HUMANOS.....	28
UNIDADE CENTRAL DE ATENDIMENTO E AJUIZAMENTO.....	29
ONDE ESTAMOS.....	30
NOVAS SEDES.....	32
LOCAIS DE ATENDIMENTO.....	34
CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS.....	39
CÂMARA DE MEDIAÇÃO FAMILIAR.....	40
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO.....	41
DEFENSORIA NA MÍDIA.....	42

GESTÃO ESTRATÉGICA.....48

AÇÕES INSTITUCIONAIS.....56

DEFENSORIA ITINERANTE.....	58
DEFENSORIA ITINERANTE NO SISTEMA PRISIONAL.....	60
AÇÕES INSTITUCIONAIS EM DESTAQUE.....	62
DEFENSORIA PÚBLICA: 25 ANOS DE CIDADANIA E ACESSO À JUSTIÇA.....	64
PROJETO PAI? PRESENTE!.....	69



A apresentação anual do relatório da Defensoria Pública é um ato solene que simboliza a consolidação e a estruturação da Defensoria Pública no Estado do Rio Grande Sul (DPE/RS). Neste ano em que a DPE/RS completa 25 anos de atuação em prol da população gaúcha mais vulnerável, apresentamos à sociedade as ações, os programas, os projetos e as atividades do órgão, bem como as necessidades para tornar o atendimento à população ainda melhor.

O relatório compreende os dados e os números da instituição, bem como as ações desenvolvidas pelo órgão, no período de 12 meses, e está dividido em quatro eixos: estrutura organizacional; números e atendimentos; gestão estratégica e ações institucionais.

Não obstante a aguda crise e as dificuldades financeiras, com responsabilidade, a Defensoria Pública seguiu avançando para levar o atendimento a todas as comarcas do Rio Grande do Sul, de forma mais humanizada e eficiente. Inúmeras

unidades de atendimento foram inauguradas e houve o incremento do quadro de servidores e defensores.

Estamos na fase final de execução do Projeto de Modernização Institucional (PMI), iniciado em 2014, e que objetiva o fortalecimento institucional, a melhoria da estruturação física, a automação e informatização e a capacitação de pessoas. No início do ano, recebemos o certificado de excelência em gestão do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP). A certificação é um passo importante para a implantação de um modelo de gestão focado em resultados e na melhoria contínua dos nossos serviços.

Além disso, seguimos com a execução do Planejamento Estratégico 2016-2021, que tem como objetivos centrais o fortalecimento da imagem institucional e a redução da exclusão social por meio do acesso à justiça, observada a missão institucional de atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito, com vistas ao reconhecimento pela sociedade como instituição de excelência.

Fizemos investimentos significativos na área da Tecnologia da Informação em razão dos desafios da revolução tecnológica no âmbito do sistema judicial.

Paralelamente, reforçamos nosso compromisso institucional no sentido de fomentar a prática dos mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos, com vistas à redução da judicialização, especialmente na área do direito das famílias, do direito do consumidor e do direito à saúde. Por fim, nossos esforços estão voltados à modernização da gestão administrativa, com foco na otimização do serviço, na racionalização de custos e na melhoria do atendimento à população gaúcha.

Cristiano Vieira Heerd
Defensor Público-Geral do Estado
Gestão 2016-2020

EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL



REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS SOBRE A INSTALAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL.

CAPÍTULO 1

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

LINHA DO TEMPO



HISTÓRICO INSTITUCIONAL



Reprodução do Diário Oficial do Estado de 31 de maio 1994, que tratou da implementação da Defensoria Pública.

O Rio Grande do Sul já possuía regramento jurídico acerca do acesso dos pobres aos tribunais na passagem do século XIX para o século XX. No entanto, foi somente em decorrência da Constituição de 1934 que o instituto da assistência judiciária ganhou novo patamar e consolidou-se como direito do cidadão e obrigação da União e dos Estados. A contar deste regramento, o RS instituiu um serviço governamental de assistência judiciária, assinalado com a criação do cargo de Consultor-Geral do Estado, pelo Decreto nº 5.950, de 19 de junho de 1935.

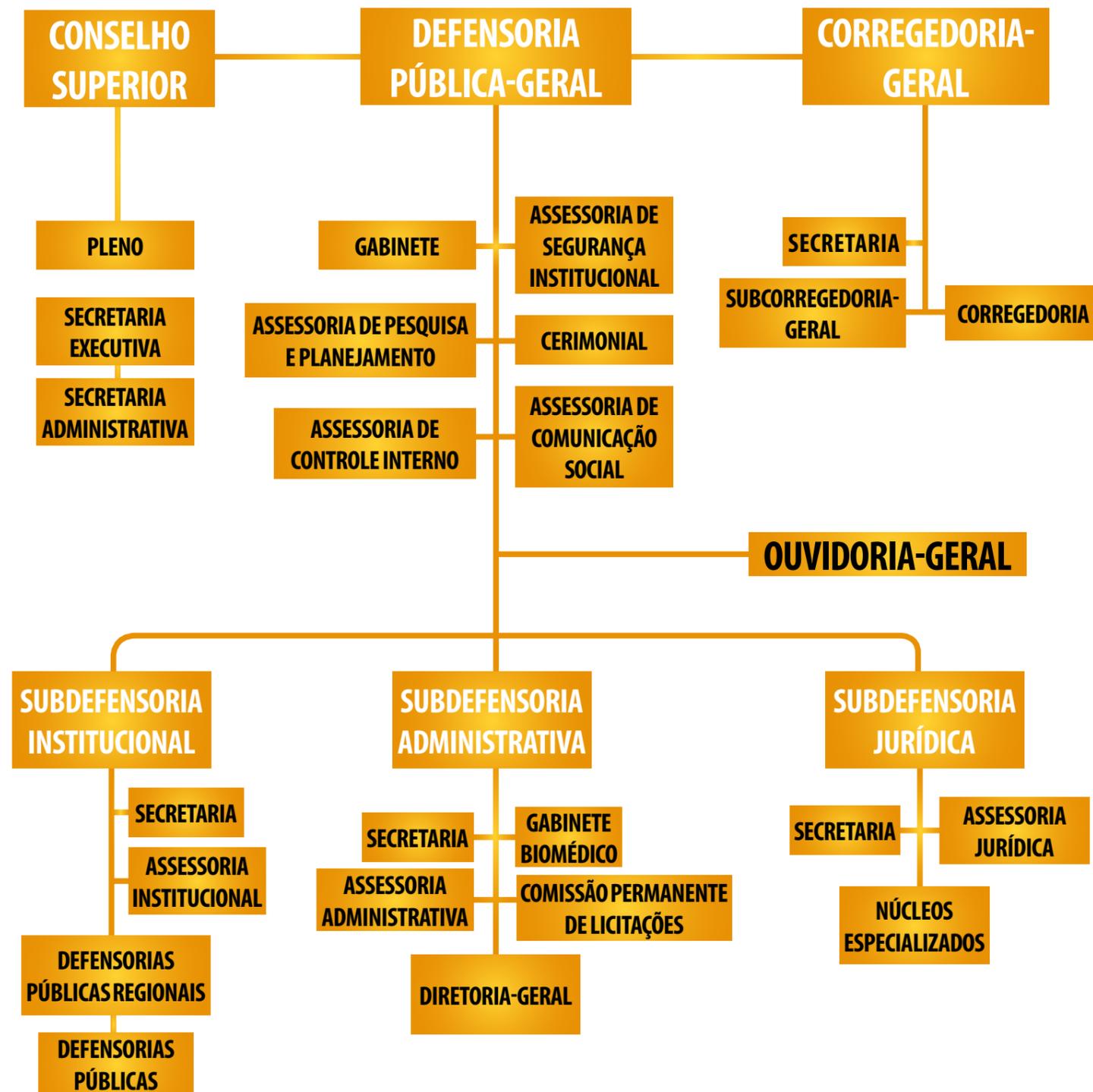
Posteriormente, o Decreto nº 17.114/65 instituiu o Departamento Jurídico Estadual, reunindo em um mesmo órgão as atribuições dos serviços de assistência judiciária e de consulta jurídica. Neste particular, foi criado o quadro de consultores jurídicos e de advogados de ofício da Consultoria-Geral do Estado. Anos mais tarde, este passou a ser denominado Procuradoria-Geral do Estado e, em seu organograma, havia a Unidade de Assistência Judiciária.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi criada a Defensoria Pública em seu art. 134 e, com o disposto no art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi assegurado aos assistentes judiciários e advogados de ofício o direito de optar pela carreira de defensor público. No Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública surgiu no início da década de 90, criada pela Lei Complementar Estadual nº 9.230/91.

Todavia, apenas em 1994 o órgão foi implementado no Rio Grande do Sul nos moldes constitucionais, por meio da Lei Complementar nº 10.194/94. No âmbito federal, foi editada a Lei Complementar Federal nº 80/94, que instituiu a Lei Orgânica Nacional. No Estado, o primeiro concurso público para ingresso na carreira de defensor público aconteceu em 1999. Em 2005, a Emenda Constitucional Estadual nº 50/05 contemplou a Defensoria Pública com autonomia financeira, orçamentária, administrativa e funcional, além da iniciativa de lei e da eleição para a chefia institucional mediante lista tríplice. Em 2009, houve significativa modificação da Lei Orgânica Nacional, por meio da Lei Complementar Federal nº 132/09. Em 2014, a Emenda Constitucional nº 80/14 previu a expansão do atendimento a todas as unidades judiciárias do país no prazo de oito anos.

FONTE: A Defensoria Pública e o Acesso à Justiça Penal. SOUZA, Fábio Luís Mariani. Porto Alegre: Núria Fabris, 2011

ESTRUTURA



ATRIBUIÇÕES DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Os defensores públicos são agentes políticos com formação jurídica que ingressam na carreira mediante aprovação em concurso público. A legislação possibilita a atuação da Defensoria Pública em praticamente todas as áreas do Direito, com objetivo de assegurar o acesso à justiça a todos os cidadãos.

OS DEFENSORES PÚBLICOS ATUAM NAS SEGUINTEs ÁREAS:

Cível
Família
Saúde
Consumidor
Criança e Adolescente
Tributário
Administrativo

Criminal
Direitos Humanos
Execução Penal
Ambiental
Violência contra a Mulher
Regularização Fundiária

ENTRE AS FUNÇÕES DO DEFENSOR PÚBLICO ESTÃO:

- Prestar orientação jurídica e exercer a ampla defesa e o contraditório dos necessitados em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias.
- Exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos das crianças e dos adolescentes, dos consumidores, dos idosos, das pessoas com deficiência, das mulheres vítima de violência doméstica e familiar, e de outros grupos vulneráveis que mereçam especial proteção do Estado.
- Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, assim como promover a difusão e a conscientização sobre direitos.
- Atuar em estabelecimentos penais e de internação de adolescentes, visando a assegurar o exercício pleno de direitos e garantias fundamentais.

CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO

QUEM PODE SER ATENDIDO PELA DEFENSORIA?

Pessoas físicas e jurídicas hipossuficientes financeiramente (que comprovem renda familiar mensal, igual ou inferior, a **três salários mínimos** nacionais, considerando-se os ganhos totais brutos da sua entidade familiar, e que não possuam patrimônio acima do equivalente a **300** salários mínimos nacionais).

O QUE PODE SER DEDUZIDO NA AFERIÇÃO DA RENDA FAMILIAR?

O valor equivalente a **25%** do salário mínimo nacional, por dependente, e o valor equivalente a **50%** do salário mínimo nacional, por dependente incapacitado para o trabalho, que demande gastos extraordinários. Não serão computados os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda e por benefícios assistenciais e será desconsiderado o bem imóvel destinado à moradia ou subsistência.



O QUE É O ATENDIMENTO INDIVIDUAL PROTETIVO?

Independentemente dos critérios de ordem financeira, a Defensoria Pública prestará atendimento ao indivíduo inserido em determinado **grupo social vulnerável** exclusivamente quando a pretensão estiver diretamente associada à situação de vulnerabilidade. Para este atendimento individual protetivo, deverá ser firmada declaração de hipossuficiência organizacional (condição das pessoas ou grupos sociais reconhecidos como vulneráveis, como **a criança, o adolescente, o idoso, a pessoa com deficiência, o consumidor, a população LGBT+, os refugiados, as vítimas de violações aos direitos humanos, indivíduos acusados em processo criminal ou privados de liberdade**).

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

São competências da Administração Superior: coordenar as atividades da Defensoria Pública, orientar sua atuação, representar a instituição, judicial e extrajudicialmente, assim como junto ao Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege). Diante de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, cabe à Administração Superior praticar atos de gestão, abrir concurso público e prover cargos da carreira e dos serviços auxiliares, bem como manter diálogo permanente com os demais Poderes e instituições de Estado, buscando sempre o fortalecimento e o aprimoramento do acesso à justiça ao cidadão hipossuficiente e/ou vulnerável.

INCREMENTO DE AGENTES



A nomeação e posse de novos agentes tem como objetivo atender a Emenda Constitucional 80, da Constituição Federal, que determina que é preciso ter defensores públicos presentes em todas as comarcas da organização judiciária. Em setembro de 2019, 27 novos defensores públicos tomaram posse e, em breve, mais nove agentes reforçarão o quadro de defensores públicos para atender as demandas da sociedade. Desde 2016, houve crescimento de 16% no número de agentes. Para que haja mais efetividade e prestação de serviço de qualidade e excelência, o quadro de apoio também cresceu, com o ingresso de 134 novos servidores na instituição. No período, também houve histórica marca de remoções de defensores públicos, alcançando 357 remoções.

CERTIFICADO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO

Em fevereiro de 2019, foi conferido à Defensoria Pública, pelo Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, o certificado de reconhecimento de Gestão Nível 1 – Alta, válido até 2020. A certificação é conferida às instituições públicas que aderem ao modelo de excelência em gestão pública proposto pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública).



NOVAS SEDES

Oportunizar conforto e melhores condições estruturais à população sempre foi compromisso da instituição. No período, foram inauguradas 14 novas sedes, proporcionando conforto e acessibilidade aos cidadãos. Desde 2016, foram inauguradas 35 novas sedes.

INVESTIMENTO EM TI

Foram construídos um *data center* e uma sala segura para segurança de dados e estabilidade dos sistemas em caso de falhas e interrupções de energia e foi investido na aquisição de ferramenta de *Business Intelligence* (BI) e análise de dados, caminhando em direção ao futuro, para a utilização de inteligência artificial. Com isso, a Defensoria Pública passou a ter um instrumento eficaz de mensuração da atividade institucional e da atividade administrativa para tomada de decisões.

REFORMA DO PRÉDIO-SEDE

No período, foi concluída a reforma da fachada do prédio-sede e iniciada a reforma interna, que está em execução. A estrutura física constitui um dos eixos do Projeto de Modernização Institucional (PMI).

SUBDEFENSORIAS PÚBLICAS-GERAIS

SUBDEFENSORIA INSTITUCIONAL

À Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais compete planejar, implementar e coordenar as atividades institucionais dos órgãos de administração, de atuação e de execução da Defensoria Pública, estabelecendo as rotinas e as escalas de trabalho e dirimindo dúvidas sobre aspectos de atuação, além de outras atribuições. Dentre estas, reúnem-se os dados estatísticos da instituição, confeccionam-se despachos, pareceres, manifestações e ofícios nas solicitações de atividades extraordinárias, atentando-se à continuidade e à manutenção da qualidade do serviço público prestado. A Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais também é responsável pelos agendamentos de exames de DNA, tanto na seara judicial, quanto na extrajudicial. Atualmente, em virtude da implantação do sistema de peticionamento eletrônico eproc e SEEU pelo Poder Judiciário, vem realizando a distribuição e as vinculações das intimações referentes a esses processos. Este órgão da Administração Superior possui substancial atuação na implementação de medidas que visem a conferir maior eficiência à Defensoria Pública.

Pareceres	45
Manifestações	185
Despachos	54
Ofícios	134
Memorandos	49
Remoções	131
Portarias	587
Fale Conosco	2.653
Flagrantes Encaminhados	1.920
Júri Itinerante	87
Acumulações Analisadas	2.599
Substituições Analisadas	2.068
Encaminhamentos de Férias	733
Encaminhamentos de Licenças-Prêmio	73
Iniciais Encaminhadas pelo eproc	58

SEEU (JULHO DE 2019 A SETEMBRO DE 2019)

Ciências	3.986
Manifestações	1.553

SUBDEFENSORIA JURÍDICA

A Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos é órgão da Administração Superior da Defensoria Pública e está vinculada diretamente à Defensoria Pública-Geral. Entre suas atribuições destacam-se a elaboração de anteprojetos de lei e acompanhamento do processo legislativo das matérias de interesse e afetas à atuação da Defensoria Pública e a emissão de pareceres e manifestações em expedientes administrativos e processos judiciais. A Subdefensoria Jurídica tem intensa atuação junto ao Parlamento Gaúcho, acompanhando a tramitação de projetos de lei e propostas legislativas de iniciativa da Defensoria Pública, bem como junto ao Tribunal de Contas. Além disso, atua na orientação e integração das atividades jurídicas desenvolvidas pelos defensores públicos, promovendo a integração e o intercâmbio entre os núcleos especializados, os quais estão sob sua coordenação.

ATIVIDADES NO PERÍODO	
Manifestações	4
Minutas de Resolução	16
Consultas	71
Ofícios	115
Pareceres	252
Manifestações Judiciais	765

SUBDEFENSORIA ADMINISTRATIVA

À Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos incumbe o planejamento, a coordenação e a execução da política administrativa da instituição, de forma a promover o bom aparelhamento das instalações físicas das Defensorias Públicas Regionais localizadas na capital e no interior. Incumbe-lhe gerir o sistema de pessoal da Defensoria Pública, bem como coordenar as finanças da instituição, participando, inclusive, da construção da proposta orçamentária, que envolve o planejamento e o estabelecimento de projetos e metas a serem executados no ano financeiro subsequente. O desafio está em implementar melhorias nas condições de atendimento aos assistidos e de trabalho dos defensores e servidores, de modo a consolidar o pleno acesso à justiça aos necessitados.

AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO



Reestruturação, novas salas e mudanças nos Foros Regionais:
49 adequações de novos layouts e três ampliações.

CONSELHO SUPERIOR

É o órgão da Administração Superior que desempenha atividades consultivas, normativas e decisórias.

REALIZAÇÕES IMPORTANTES

- Publicação da Resolução CSDPE nº 07/2018, que estabelece os critérios de aferição das hipóteses de atuação institucional e define a sistemática e abrangência do atendimento a ser prestado pela Defensoria Pública do Estado.
- Publicação da Resolução CSDPE nº 05/2019, criando cinco novas Defensorias Públicas em Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Santa Maria, para atender a demanda das Varas de Execução Criminal Regionais.
- Homologação do Resultado Final do V Concurso Público para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Publicação de Decisão nº 05/2019.
- Realização da eleição para o cargo de ouvidor-geral da Defensoria Pública do Estado para o biênio 2019-2021.
- Designação de defensores públicos para atuar em missão da força-tarefa do projeto "Defensoria Sem Fronteiras" em outros Estados da Federação.

REUNIÕES REALIZADAS PELO CONSELHO SUPERIOR

ORDINÁRIAS	13
EXTRAORDINÁRIAS	4

CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral é o órgão da Administração Superior responsável pela orientação e fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Defensoria Pública.

AÇÃO	REALIZAÇÕES
Averiguações Preliminares (defensores e servidores)	44
Sindicâncias (defensores e servidores)	6
Processos Administrativos Disciplinares (defensores e servidores)	5
Defensorias Inspeccionadas	184
Correições Anuais de Vitaliciamento	51
Orientações	42
Defensores Públicos em Vitaliciamento	59
Relatórios Quadrimestrais de Vitaliciamento	125
Pareceres Expedidos	264
Análise de justificativa para não interposição de recursos	323
Análise de propostas de alteração de atribuições e criação de Defensorias Públicas	12

PRINCIPAIS AÇÕES DO PERÍODO

A Corregedoria deu andamento ao trabalho de inspeção em todas as Defensorias Públicas do Estado, o qual será finalizado com a visita às VECs Porto Alegre e Novo Hamburgo ainda no corrente ano. Concluiu-se o trabalho de acompanhamento a 19 novos defensores públicos confirmados na carreira, com participação ativa na capacitação dos mesmos. Registrou-se atuação efetiva junto ao Conselho Nacional de Corregedores-Gerais, no exercício da 1ª Vice-Presidência, e presença em vários eventos institucionais e interinstitucionais, com vasto intercâmbio de informações.

OUVIDORIA-GERAL

A Ouvidoria é um espaço de escuta qualificada que promove a interlocução com a sociedade civil, fortalece a cidadania incentivando a participação social e atua em prol da melhoria dos serviços prestados pela Defensoria Pública. É instrumento de democratização do acesso à justiça.

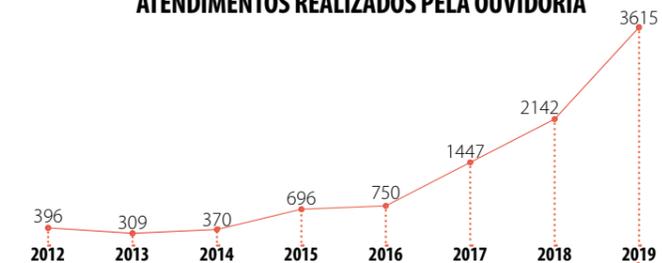
AÇÕES DO PERÍODO

Destacam-se a implantação do Sistema de Ouvidoria para cadastro, tratamento e arquivamento das manifestações dos assistidos; revisão e padronização dos processos de Ouvidoria, alinhados com o planejamento estratégico da DPE; e a participação no Conselho Nacional das Ouvidorias das Defensorias Públicas dos Estados, em atividades de intercâmbio de práticas e conhecimentos.

ATENDIMENTOS EM 2019

10 DENÚNCIAS
50 ELOGIOS
40 SUGESTÕES
1884 RECLAMAÇÕES
1631 INFORMAÇÕES

ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA OUVIDORIA



O número de atendimentos na Ouvidoria **aumentou 68%** em relação ao mesmo período do ano passado.

CENTRO DE ESTUDOS, DE CAPACITAÇÃO E DE APERFEIÇOAMENTO

Tem como objetivo promover a qualificação dos membros e servidores da Defensoria Pública e a educação em direitos. A missão da instituição exige condições de excelência técnica de seus agentes e órgãos auxiliares, proporcionada por programas de acolhimento, bem como de educação permanente visando ao aperfeiçoamento técnico-profissional tanto na área jurídica, como na área de gestão. O Cecadep desenvolve três linhas de atuação: **I - capacitação (interna e externa), II - publicações e III - estudos e pesquisas.**

1) Linha técnico-jurídica: Programa de Capacitação de Defensores e Servidores Públicos – quatro cursos com temáticas definidas pelos núcleos especializados, com a participação de 380 pessoas.

2) Linha técnico - administrativa: Programa de Capacitação de Defensores e Servidores Públicos – Defensoria Qualifica: 11 cursos (198h), divididos em 17 turmas e 237 participantes.

3) Cursos EAD: nove cursos oferecidos (120h) e 334 participantes.

4) Encontros Estaduais e Seminários: três eventos (28h) e 729 participantes.

5) Programa de Acolhimento a Novos Servidores: 22 turmas (232h) e 123 participantes.

6) Programa de Acolhimento a Novos Defensores: uma turma (120h), 27 participantes.

7) Revista da Defensoria: três edições – 22ª edição (set-dez 2018), 23ª edição (jan-abr 2019) e 24ª edição (mai-ago 2019), a ser publicada.

8) Estudos e Pesquisas: apoio para realização de pesquisa acadêmica sobre a temática da desigualdade de gênero de aluna graduanda da Faculdade de Direito da UFRGS e com apoio do Nudem.



NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul conta com núcleos especializados que prestam apoio operacional aos defensores públicos. Promovendo a atuação institucional harmônica e o aprimoramento das atribuições institucionais, os núcleos estimulam a integração e o intercâmbio permanente entre os agentes. Além disso, estimulam a solução extrajudicial de litígios e a celebração de convênios, dentro de suas áreas de abrangência.

ATUAÇÃO EM DESTAQUE

NÚCLEO DE DEFESA CÍVEL (NUDEC)

Tem como competência as ações e as atividades relativas ao âmbito material e processual do direito civil. Realiza e estimula a integração e o intercâmbio entre os órgãos de atuação e de execução da DPE, objetivando a atuação institucional harmônica e o aprimoramento das atribuições institucionais. A uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas tem sido a tônica da atuação, assim como a adoção de iniciativas para promover a solução extrajudicial dos litígios, tanto no âmbito individual como coletivo. A Câmara de Autocomposição de Conflitos Cíveis é coordenada pelo Nudec e teve forte e positivo impacto na economia gaúcha.

NÚCLEO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (NUDECA)

No período, a dirigente participou de 39 reuniões em conselhos, comitês e comissões, realizou 32 orientações aos defensores públicos, realizou oito representações institucionais, esteve em 12 palestras e eventos, além de participar de audiências públicas, cursos de capacitação, realizar um mutirão de orientação jurídica específico na área e acompanhar o andamento e o ajuizamento de procedimentos administrativos. Além disso, o Núcleo executa o projeto "Pai? Presente!", em Porto Alegre, oportunizando a realização de exames de DNA extrajudicialmente para a aferição da paternidade de crianças em situação de sub-registro. Foram realizados 130 atendimentos.

NÚCLEO DE DEFESA AMBIENTAL (NUDAM)

Entre as principais ações do núcleo destacam-se as práticas de educação em direitos, como o lançamento da cartilha relativa à proteção dos animais. Além disso, há constante participação no Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FGCIA), para viabilização de um ambiente saudável. Ademais, destacam-se a presença no Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (Gisa) e no programa "Defensoria Sustentável", que estimula ações de consumo consciente dentro e fora da instituição.

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (NUDDH)

Desenvolveu atividades especializadas na área de proteção e defesa dos direitos humanos, atuando no tratamento preventivo e reparatório, judicial e extrajudicial, de graves violações de direitos humanos, em especial quanto a minorias e pessoas em situação de vulnerabilidade. O NUDDH instaurou dois Procedimentos para Apuração de Danos Coletivos (Padac), 151 Procedimentos para Apuração de Danos Individuais (Padin), 20 Expedientes Avulsos, acompanhou 139 casos sem que fosse instaurado expediente e ajuizou 19 ações.

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS FAMÍLIAS (NUDEFAM)

Estimula a adoção de métodos de resolução extrajudicial de conflitos na área. Foram realizadas 39 atividades relacionadas a palestras, eventos, reuniões, inclusive sobre a Oficina das Famílias e curso de instrutores das Oficinas das Famílias. Houve a participação da dirigente em 21 reuniões de conselhos, comitês e comissões da área do direito das famílias e representações institucionais, cinco participações em cursos de capacitação, sete orientações aos defensores públicos, além de atuação extrajudicial.

NÚCLEO DE DEFESA DA SAÚDE (NUDS)

Dedicou especial atenção à rede de contatos com os setores públicos da saúde, visando à otimização da assistência, à melhoria na prestação de serviço à população e à redução de demandas judiciais. Por meio de orientações e informativos, atuou em cerca de 300 demandas com elaboração/compilação de materiais, que subsidiaram pedidos administrativos e judiciais em demandas individuais de saúde. No período, foram realizados, em Porto Alegre, 8.746 atendimentos, sendo judicializado apenas 13% dos pedidos (1.172 ações).

NÚCLEO DE DEFESA AGRÁRIA E MORADIA (NUDEAM)

Com foco no atendimento das populações mais vulneráveis e na temática da moradia digna, a dirigente do núcleo realizou, no período, 45 reuniões com a sociedade civil, promoveu 45 mutirões de orientação jurídica, participou de 34 reuniões de conselhos, comitês e comissões externas e internas, efetivou 38 orientações aos defensores públicos e a assistidos, participou de 31 audiências do projeto-piloto de mediação e conciliação de conflitos fundiários da CCJ/TJ, realizou 18 procedimentos judiciais, além de atuar em representações institucionais, palestras e eventos, participar de cursos de capacitação, atuações extrajudiciais, audiências públicas e diligências externas.

NÚCLEO DE DEFESA CRIMINAL (NUDECRIM)

Atuação e apoio para a normatização dos casos de delação/colaboração premiada, ajuizamento de reclamação junto ao STF para garantir a realização da audiência de custódia, abertura de Padac e diálogo com órgãos para que os presos passem efetivamente a ser levados para as audiências de custódia, parecer e minuta de resolução quanto a atuação como assistente de acusação, participação efetiva no Protege, ampliação do banco de jurisprudência, peças e teses, participação em estudos e discussões da aplicação da escuta protegida trazida pela Lei nº 13.341/17, acompanhamento e tentativa de resolução da situação dos presos mantidos ilegalmente em Delegacias de Polícia e viaturas, participação em reuniões do Condege e elaboração de notas técnicas.

NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE TUTELAS COLETIVAS (NUDECONTU)

Desenvolve atividades especializadas, tendo atuado de forma proativa na defesa dos direitos do consumidor e em ações coletivas. Destaca-se, ainda, a atuação em atividades integradas, visando à melhoria das relações consumeristas, tais como a abertura de canais de comunicação, para solução extrajudicial e composição das diversas demandas. No período, foram realizadas 88 orientações, foram expedidos 55 ofícios, propostas 14 medidas judiciais, feitas 14 reuniões, efetivadas três soluções extrajudiciais, além de orientação jurídica especializada, participação em eventos, boletins informativos e despachos.

NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER (NUDEM)

Foram realizadas ações de promoção dos direitos das mulheres, como elaboração e distribuição de folder acerca da violência doméstica e orientação sobre medidas cabíveis, divulgação de legislações de 2018 envolvendo a defesa da mulher, criação do "Projeto DPE nas Escolas": Vamos falar de Violência Doméstica" e assinatura de termo de cooperação para avaliação de risco de vítimas de violência doméstica. Houve participação na Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e em mutirões de divulgação e orientação jurídica e realizados encaminhamentos às redes de assistência social e de proteção.

NÚCLEO DE DEFESA EM EXECUÇÃO PENAL (NUDEP)

Coordenou o projeto "Defensoria Itinerante no Sistema Prisional" (Disp), realizou inspeções em estabelecimentos penais (Sobradinho, Santa Rosa, Palmeira das Missões e Canoas) e mutirões de atendimento aos presos recolhidos no sistema prisional. Atuou em conjunto no Agravo de Instrumento contra a utilização de contêineres para segregação de pessoas, na situação dos presos mantidos ilegalmente em Delegacias de Polícia e nos Centros de Triagem, participou do Fórum Interinstitucional Carcerário, desenvolveu suporte jurídico aos defensores públicos, analisou e encaminhou procedimentos administrativos, editou súmulas, comunicados e orientações no âmbito da execução penal e entregou exemplar da 2ª edição do Manual da Liberdade a cada preso atendido.

DIRETORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MANUTENÇÃO

É responsável pelas áreas de elaboração de projetos e execução de estruturação de novas sedes, fiscalização das obras de modernização do prédio-sede e manutenção das Defensorias Regionais no interior e na capital. As atividades contemplam os projetos arquitetônicos, elétricos, de climatização e de lógica. Elabora pareceres e laudos técnicos das condições de utilização para locação de novos imóveis e acompanhamento dos PPCIs dos imóveis ocupados pela Defensoria. No período, fiscalizou as obras em andamento de reformas internas, a instalação do *data center*, a modernização das subestações de energia e a instalação da iluminação cênica (todas no prédio-sede), executou a estruturação de 14 novas sedes e o novo espaço do CDL, fez 49 adequações de *layout* de sedes do interior, com três ampliações, realizou quatro vistorias em presídios regionais, emitiu pareceres técnicos para licitações, construiu rampa de acessibilidade na DPR Igrejinha, reformou internamente a DPR Itaqui e realizou reforma geral da DPR Capão da Canoa.

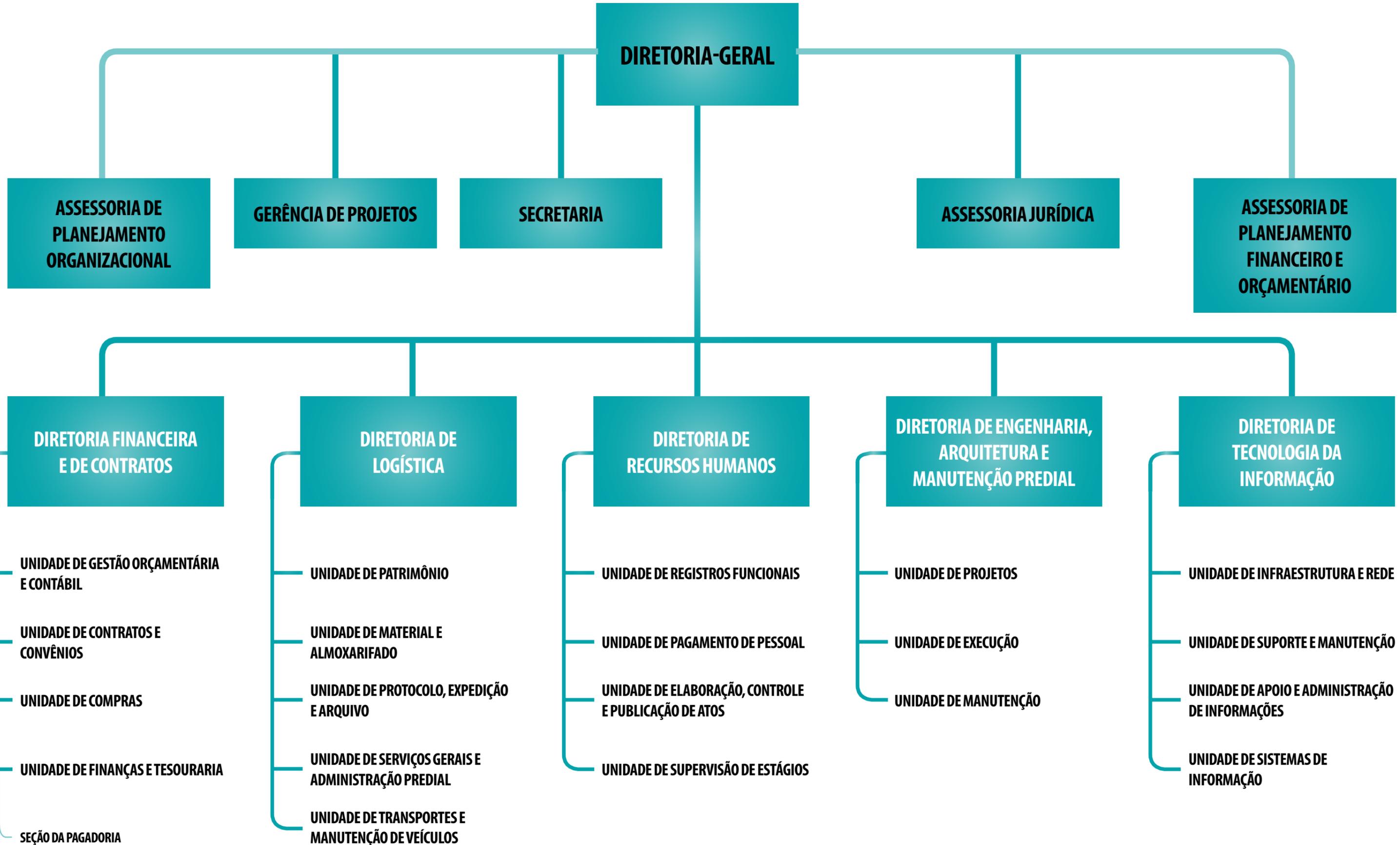
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Atua com foco na automatização dos processos da atividade-meio e da atividade-fim, refletindo-se em melhoria na prestação de serviços aos assistidos. Foram realizadas diversas integrações do Portal da Defensoria com o sistema eproc, do TJ/RS, que agilizam o peticionamento de processos e dinamizam o atendimento. Hoje, a Defensoria é a instituição do sistema de justiça com o maior nível de integração com o sistema provido pelo Judiciário. Foi lançado o aplicativo DPE/RS Digital, que possibilita aos defensores públicos a realização de consulta processual e organização da pauta de audiências através de dispositivos móveis. No âmbito da atividade-meio, foram criados diversos fluxos de trabalho (*workflow*), automatizando solicitações. Foi implantando sistema de controle de ponto eletrônico. Na ferramenta de *Business Intelligence*, foram elaborados novos painéis para visualização estratégica dos rumos do órgão e auxílio no processo de tomada de decisão e gestão de custos. Realizadas melhorias na infraestrutura com a aquisição de novos computadores, *scanners* para digitalização, *switches* e contratação de novo serviço de telefonia IP.

DIRETORIA DE LOGÍSTICA

A Diretoria de Logística realiza o planejamento, a coordenação e a orientação das seguintes unidades: Patrimônio; Material e Almoxarifado; Protocolo, Expedição e Arquivo; Serviços Gerais e Administração Predial; e Transportes e Manutenção de Veículos. Também responde pela gestão das rotas de atendimento, revitalização e manutenção das sedes da Defensoria e padronização dos bens e materiais da instituição. É responsável pela elaboração de Termos de Referência para compra de materiais permanentes e de expediente, realiza a gestão e a fiscalização dos contratos de limpeza, manutenção predial e portaria e dos contratos de locação das Defensorias Regionais, além de ser o suporte e apoio em mutirões e eventos. No período, foram realizados 3.082 atendimentos (manutenção, informática, materiais e ressarcimentos de serviços) e foram entregues 14 novas sedes regionais. Há 172 locais de atuação da Defensoria Pública atendidos pela Diretoria de Logística.

ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO



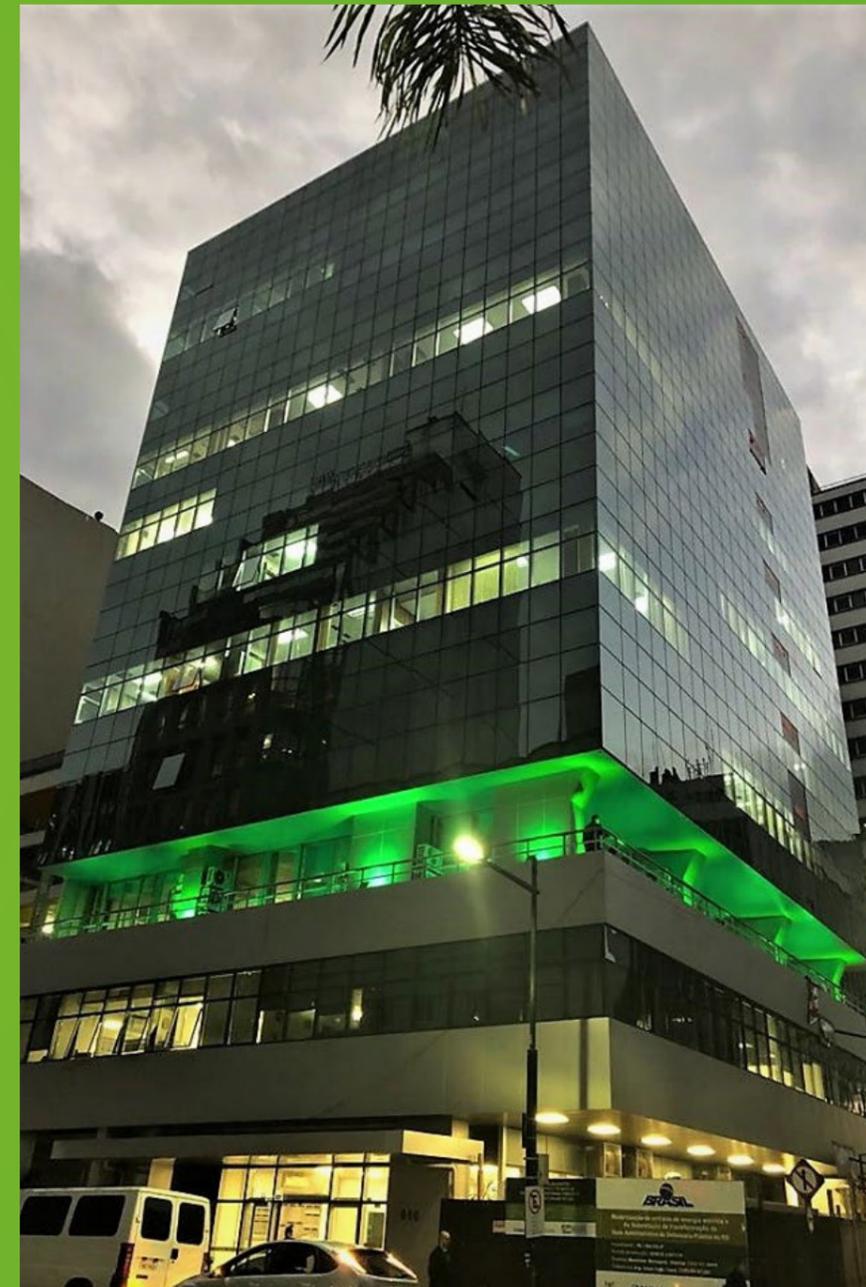
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA



PRÉDIO DA 1ª SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO



SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, DESDE 1995



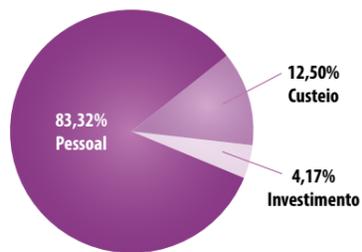
SEDE ATUAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, REFORMADA

CAPÍTULO 2

NÚMEROS E ATENDIMENTOS

ORÇAMENTO

ORÇAMENTO POR TIPO DE DESPESA

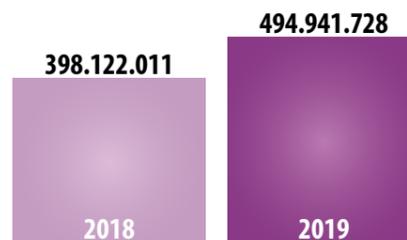


EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DPE/RS (R\$)

Despesa	2018 ¹	2019 ²
Pessoal	315.880.135	412.396.539
Custeio	59.390.814	61.883.427
Investimento	22.851.062	20.661.762
Total	398.122.011	494.941.728
Variação Anual		24,32%

*Dotação Alteração ¹Dados de 31/12/2018 ²Dados de 30/09/2019

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$)



PROJETOS EM EXECUÇÃO 2019

Projeto	Dotação Alteração	Empenhado	Saldo a Empenhar
2979 - CP FAS/RS - ATIVOS - DPE	2.593.243,00	1.787.965,29	805.277,71
5896 - MODER ESTR - PMAE - BNDES	13.400.000,00	6.123.288,22	7.276.711,78
5932 - APARELHAMENTO DEFENSORIA	3.856.062,00	1.600.361,60	2.255.700,40
5933 - AQ, CONST, REFORMAS DPE	980.000,00	205.601,32	774.398,68
6308 - REMUNERACAO ATIVO-DEFPUB	243.719.287,00	176.675.968,59	67.043.318,41
6673 - PUBL. INSTIT. - DEFPUB	200.000,00	18.775,00	181.225,00
6755 - APOIO ADMINISTRATIVO - DP	4.190.000,00	2.003.009,23	2.186.990,77
6808 - IND REST AUX PESSOAL DPE	15.996.714,00	9.220.430,78	6.776.283,22
8112 - APARELHAM DEFPUB FADEP	1.110.700,00	856.854,72	253.845,28
8416 - CP FUNDOPREV CIVIL -DPE	9.665.041,00	7.088.162,17	2.576.878,83
6391 - AP ADM QUAL INFRA-DEFPUB	42.681.500,00	35.430.262,26	7.251.237,74
2961 - ATEND JUR E JUDIC POP CAR	130.212,77	130.212,77	-
6365 - CP FAS/RS -INAT/PENS- DPE	2.321.798,00	1.680.886,47	640.911,53
8316 - CP RPPS/RS - DPE	48.974.279,00	36.324.385,83	12.649.893,17
8317 - CF RPPS/RS - DPE	18.360.891,00	13.162.512,81	5.198.378,19
8562 - CP RPC RSPREV - DPE	412.000,00	143.710,78	268.289,22
8589 - BENEF PREV INATIVOS - DPE	86.300.000,00	62.008.533,54	24.291.466,46
8630 - BENEF PREV FUNDOPREV - DP	50.000,00	-	50.000,00
Total Geral	494.941.727,77	354.460.921,38	140.480.806,39

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

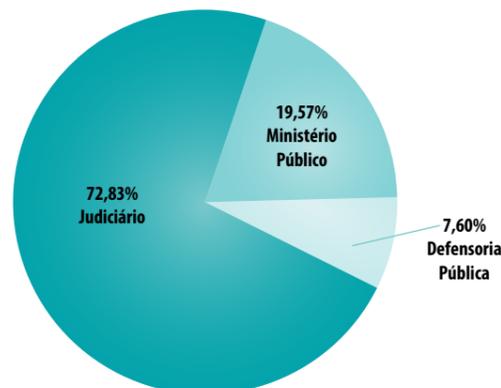
Poder/Órgão	2018 (R\$) ¹	2019 (R\$) ²	Representação (%)
Executivo	67.575.128.212	67.240.510.437	89,08
Judiciário	4.136.729.250	4.744.061.557	6,28
Ministério Público	1.063.818.176	1.274.816.108	1,69
Legislativo	680.676.708	926.441.505	1,23
Tribunal de Contas	550.170.229	801.553.929	1,06
Defensoria Pública	398.122.011	494.941.728	0,66
Total	74.404.644.586	75.482.325.263	100,00

*Dotação Alteração ¹Dados de 31/12/2018 ²Dados de 30/09/2019

2018 2019



ORÇAMENTO 2019 DO SISTEMA DE JUSTIÇA



DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Poder/Órgão	2019 (R\$) ¹	Representação (%)
Judiciário	4.744.061.557	72,83
Ministério Público	1.274.816.108	19,57
Defensoria Pública	494.941.728	7,60
Total	6.513.819.393	100,00

*Dotação Alteração ¹Dados de 30/09/2019

COMPRAS REALIZADAS

Modalidade	Compras Realizadas											
	Out/2015 a Set/2016			Out/2016 a Set/2017			Out/2017 a Set/2018			Out/2018 a Set/2019		
	Qtde	Valor (R\$)	%	Qtde	Valor (R\$)	%	Qtde	Valor (R\$)	%	Qtde	Valor (R\$)	%
Adesão Atas de Registro de Preço	9	328.673,66	1,92	2	187.611,83	1,99	7	1.192.231,80	15,11	8	1.554.224,60	6,96
Concorrência	1	6.859.564,47	40,12	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	7.203.931,50	32,25
Convite	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	-	0,00
Dispensa	18	151.802,71	0,89	17	2.267.863,74	24,01	8	155.763,92	1,97	18	297.734,22	1,33
Inexigibilidade	0	0,00	0,00	5	85.070,00	0,90	3	154.039,60	1,95	11	120.000,00	0,54
Pregão	54	9.759.447,20	57,07	53	6.905.852,05	73,11	63	6.389.267,07	80,97	85	7.447.672,48	33,34
Pregão para Registro de Preços	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	3.098.752,50	13,87
Tomada de Preços	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	2.616.648,49	11,71
Total	82	17.099.488,04	100,00	77	9.446.397,62	100,00	81	7.891.302,39	100,00	128	22.338.963,79	100,00

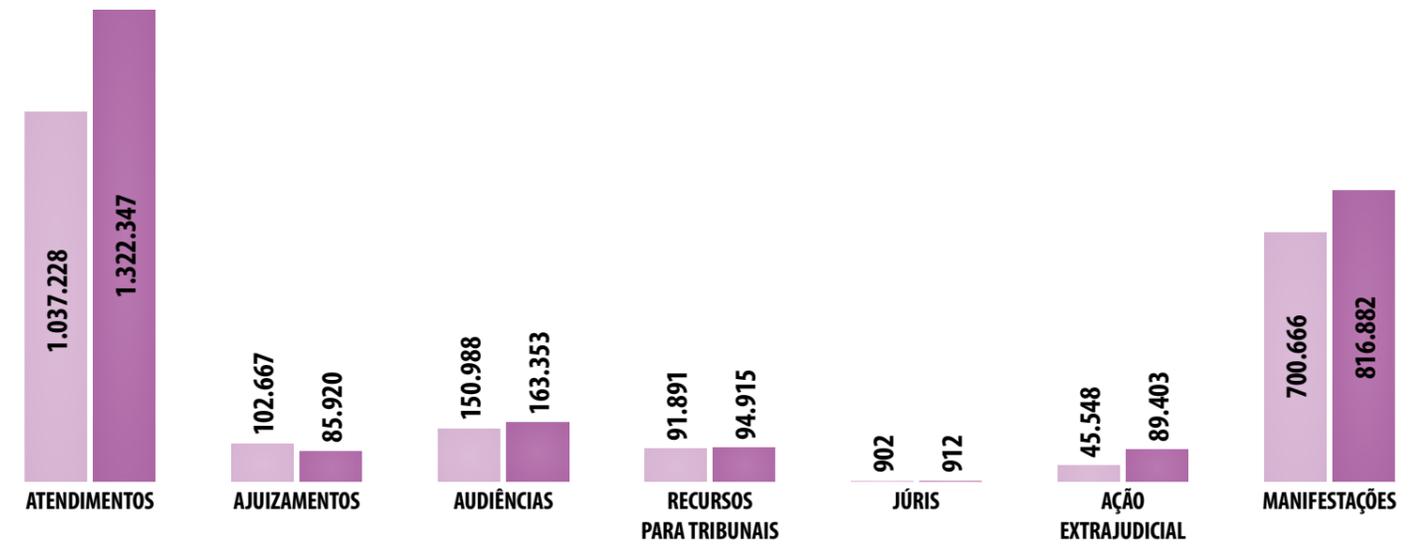
*DOTAÇÃO ALTERAÇÃO: OBSERVAÇÃO em 2019, devido às mudanças legislativas aplicáveis, a Defensoria Pública passou a administrar o orçamento da sua folha de inativos, que anteriormente pertencia ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - Ipergs, no valor de R\$ 86.350.000,00 (Dotação Alteração em 30/09/2019).

ATENDIMENTOS

QUADRO GERAL DE ATIVIDADES

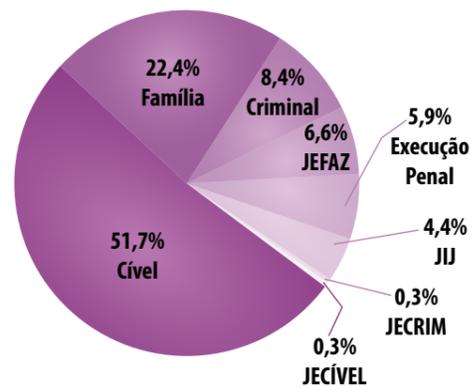
Atividade	Cível	Família	JIJ	JECÍVEL	JEFAZ	Criminal	JECRIM	Execução Penal	Total
Atendimentos	683.536	295.983	58.511	4.288	86.621	111.279	4.420	77.709	1.322.347
Ajuizamentos	42.693	30.931	4.054	111	8.129	1	-	1	85.920
Audiências	7.417	26.995	18.657	309	190	90.291	7.398	12.096	163.353
Recursos	17.180	52.194	10.174	4.353	294	1.428	3.823	5.469	94.915
Júris	2	-	-	-	-	910	-	-	912
Atuação Extrajudicial	54.775	19.910	3.042	520	2.660	3.697	174	4.625	89.403
Manifestações	331.703	133.625	61.234	176.869	1.922	4.956	60.258	46.315	816.882
Acordos Realizados	1.563	-	-	2.707	12	-	4	16	4.302

COMPARATIVO DE ATIVIDADES 2018 X 2019

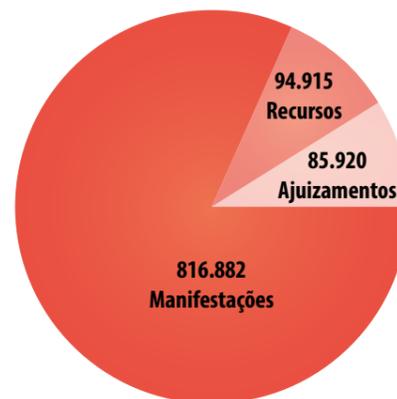


EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE 2009 - 2019

ATENDIMENTO POR ÁREA DE ATUAÇÃO



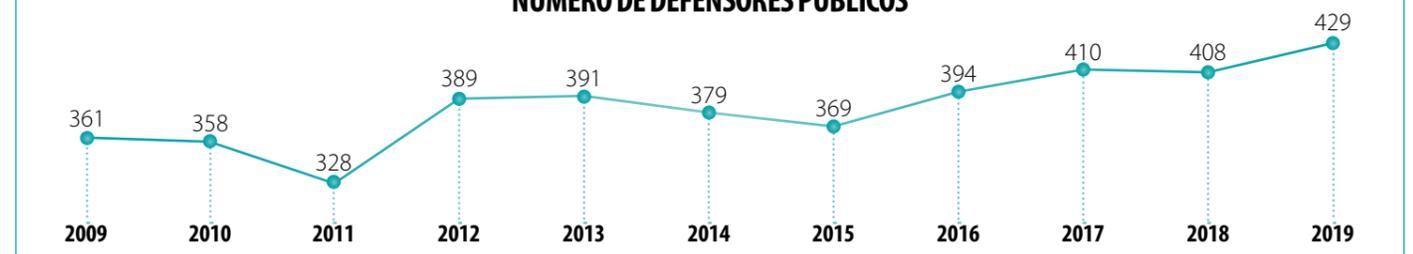
ATUAÇÃO JUDICIAL



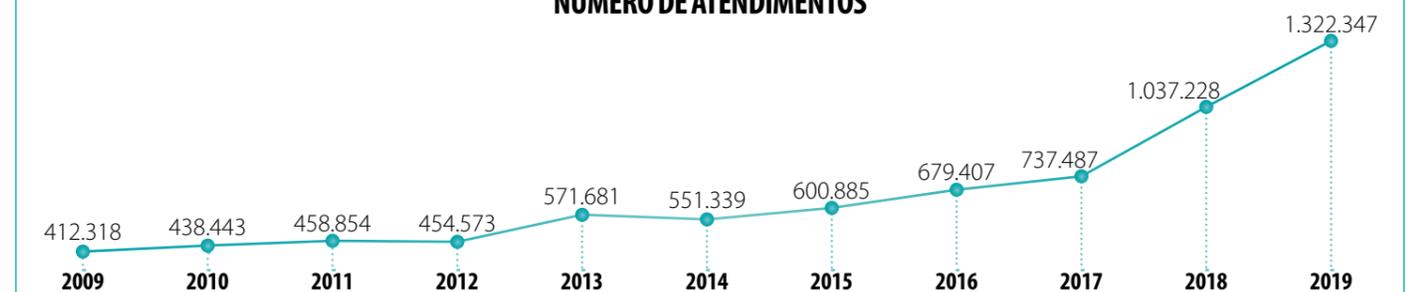
ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL



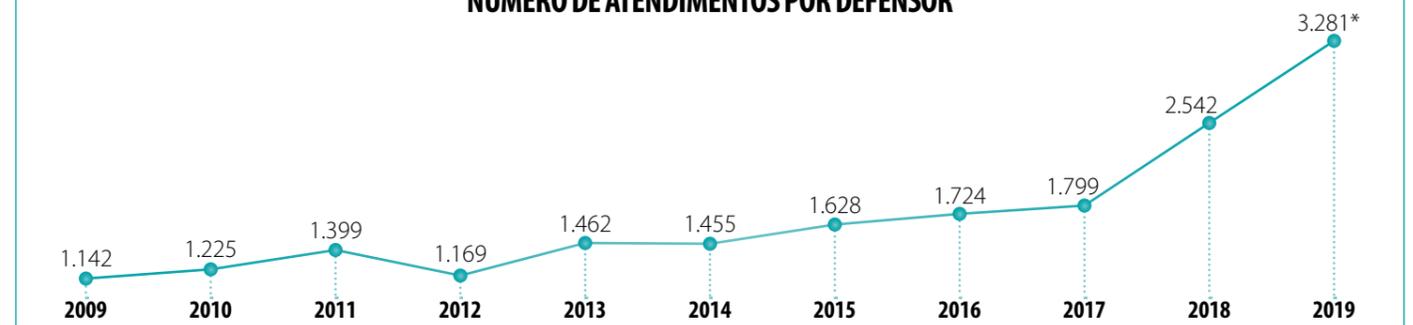
NÚMERO DE DEFENSORES PÚBLICOS



NÚMERO DE ATENDIMENTOS



NÚMERO DE ATENDIMENTOS POR DEFENSOR



*Considerando 403 defensores públicos (data até 18/09/19)

CONCURSOS E NOMEAÇÕES

RIO GRANDE DO SUL GANHA 27 NOVOS DEFENSORES PÚBLICOS

A defesa dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade ganhou reforço no dia 19 de setembro, com o ingresso de 27 novos defensores públicos na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Agora, os gaúchos que utilizam os serviços da Defensoria podem observar melhoria e agilidade no atendimento em algumas unidades. Os novos agentes, oriundos do V Concurso para Ingresso na Carreira de Defensor Público, passaram por três semanas de acolhimento e capacitação e estão aptos a realizar a função prevista na Constituição Federal, de prestar atendimento de qualidade e dignidade às pessoas que buscam os serviços da instituição.

Em média, um defensor público realiza 3.281 mil atendimentos por ano.



As cidades que vão receber novos agentes são: Alegrete, Arroio do Tigre, Bagé, Candelária, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Espumoso, Faxinal do Soturno, Frederico Westphalen, Jaguarão, Palmares do Sul, Rio Grande, Rodeio Bonito, Santana do Livramento, Santa Rosa, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Luiz Gonzaga, Sobradinho, Soledade, Três Passos e Vacaria.

NOVOS SERVIDORES SEGUEM INGRESSANDO NA DEFENSORIA PÚBLICA

Em fevereiro de 2018, a Defensoria Pública deu início às nomeações de servidores do II Concurso para o Quadro de Pessoal da instituição. Em 2019, o processo de nomeação e posse continuou, proporcionando aos cidadãos que buscam o serviço da instituição atendimento ainda mais qualificado e ágil. Todos os novos agentes passaram por curso de acolhimento e capacitação e foram direcionados a diversas sedes da Defensoria Pública no interior e na capital.

No período*, 134 novos servidores ingressaram na Defensoria Pública.

*De outubro/2018 a setembro/2019

COMPARATIVO ENTRE NOMEAÇÕES E POSSES 2018

Total	Nomeação	Posse
Técnicos	267	185
Analistas	115	88
Total	382	273

COMPARATIVO ENTRE NOMEAÇÕES E POSSES 2019

Total	Nomeação	Posse
Técnicos	155	85
Analistas	31	21
Total	186	106



RECURSOS HUMANOS

As principais ações da Diretoria de Recursos Humanos no período foram as nomeações de defensores públicos e de servidores aprovados no V Concurso para o Ingresso na Carreira de Defensor Público e no II Concurso para o Ingresso no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública, respectivamente, e a reestruturação da Diretoria de RH para atender às novas demandas da instituição, em consonância com o planejamento estratégico da Defensoria.

Foi desenvolvido programa de multiplicadores para os novos servidores, proporcionando suporte técnico e de relacionamento e facilitando a adaptação ao novo ambiente de trabalho. Foi implantado sistema de Gestão por Competências, com foco no desenvolvimento de servidores, oportunizando alinhamento de expectativas entre gestores e servidores e aprimoramento na gestão, bem como de controle do ponto digital dos servidores para toda a instituição, gerando economicidade de papel e conferindo maior gerência sobre o ponto.

O sistema de remoção dos servidores (CADPIM) passou a ser gerido pela Diretoria de RH a partir de 2019. O sistema de avaliação do estágio probatório dos servidores passou a integrar as atividades da Diretoria a

partir de agosto de 2019, em conjunto com a Assessoria da Subdefensoria Administrativa;

Além disso, houve lançamentos de substituições, acumulações, averbações, licenças e demais ações sobre pagamentos de folha, bem como a geração na integralidade da folha de pagamento de defensores ativos e inativos e servidores, controle e atualizações da vida funcional de defensores e servidores, interação sobre legislação e procedimentos quanto ao eSocial, implantação do sistema Consig para a implantação de canais de consignação com a Defensoria Pública, manutenção do Termo de Cooperação junto ao SPM/TCE, para perícias médicas de defensores públicos e servidores, adequação da empresa RHE da Defensoria no sentido de geração total da folha dos inativos a partir de dezembro de 2018 e implantação do novo processo seletivo dos estagiários, sendo feito por meio de editais, proporcionando autonomia, agilidade e transparência na seleção e contratação de estagiários.

863 estagiários em 30 de setembro de 2019

DEFENSORES PÚBLICOS

Classe	Lotação	Providos	Vagos	Aposentados
Inicial	156	121	35	98
Intermediária	86	86	0	36
Final	114	114	0	13
Especial	108	108	0	91
Totais	464	429	35	238

Faixa Etária	Total	Homens	Mulheres
26-30	41	18	23
31-35	61	26	35
36-40	112	43	69
41-45	97	39	58
46-50	74	30	44
51-60	29	14	15
61-70	14	4	10
71-75	1	0	1
Total Geral	429	174	255

Período de 01/10/18 a 30/09/19	
Maior quant. provida no período	429
Vacâncias	6
Aposentadorias	0

SERVIDORES

Relatório Quadro Administrativo (30/09/19)			
Cargos Efetivos	Lotação	Providos	Vagos
Analista	255	253	2
Técnico	455	369	86

Exonerações	
Analistas	19
Técnicos	31

Faixa Etária	Total	Homens	Mulheres
20-25	35	18	17
26-30	208	86	122
31-35	176	72	104
36-40	117	59	58
41-45	46	25	21
46-50	27	13	14
51-60	17	11	6
61-70	1	1	0
Total Geral	627	285	342

OUTROS VÍNCULOS

Cargos em Comissão	Adidos	Total
67	22	89

ÓRGÃO AUXILIAR

Cargo	Lotação	Provido	Vago
Ouvidor-Geral	1	1	0

UNIDADE CENTRAL DE ATENDIMENTO E AJUIZAMENTO (UCAA)

É onde ocorre o primeiro atendimento das pessoas que procuram os serviços da Defensoria Pública em Porto Alegre. Composta por três pavimentos recentemente reformados, a UCAA conta com gabinetes exclusivos para atendimento à população, ambientes climatizados e acessibilidade total. Há uma sala de triagem, nove balcões de atendimento, 18 salas privativas de atendimento no primeiro e segundo pavimentos, salas administrativas e um auditório. A UCAA conta, também, com salas para os setores de Segurança, de Psicologia e de Serviço Social, todas devidamente sinalizadas.

Atendimento 2018/2019	Números
Número de assistidos atendidos de forma presencial pelo setor administrativo da UCAA	125.700
Número de assistidos atendidos via telefone pelo setor administrativo da UCAA	20.600
Total de assistidos atendidos pelo setor administrativo da UCAA	146.300
Total de ações ajuizadas pelos defensores públicos atuantes	11.912
Documentos expedidos/recebidos pelo setor administrativo	20.856

PRINCIPAIS ASSUNTOS BUSCADOS

Família	Alimentos, guarda, divórcio/dissolução de união estável
Consumidor	Revisão de contratos bancários/cartão de crédito
Saúde	Fornecimento de medicamento, tratamento médico-hospitalar
Infância	Pedido de vaga em pré-escola, fornecimento de medicamentos

REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO

Na área da saúde, destaca-se expressiva redução da judicialização pela atuação extrajudicial, no âmbito do Convênio Naic, firmado em 2016, para demandas de internação compulsória. No último ano, foram atendidos 767 assistidos (1.201 atendimentos). Dos 767 assistidos encaminhados aos Caps AD, houve necessidade de ajuizar apenas 14% das demandas (104 ações), confirmando-se tendência já observada anteriormente (de acordo com o TJ/RS, após implantação do fluxo Naic, em Porto Alegre; houve redução de 73% na judicialização).

De abril a setembro de 2019, a UCAA realizou pesquisa de opinião com os usuários para medição da satisfação do atendimento prestado pelo setor administrativo. No total, 614 pessoas responderam:

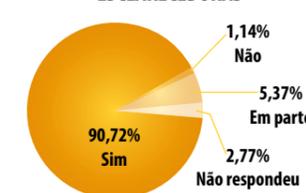
EDUCAÇÃO E PACIÊNCIA DOS ATENDENTES



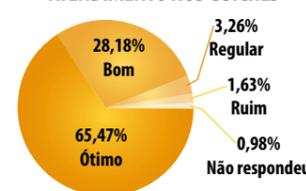
ATENDIMENTO RÁPIDO E ÁGIL



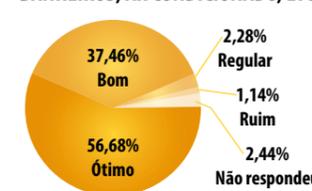
RESPOSTAS ÚTEIS E ESCLARECEDORAS



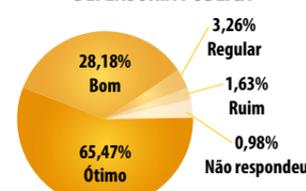
TEMPO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO NOS GUICHÊS



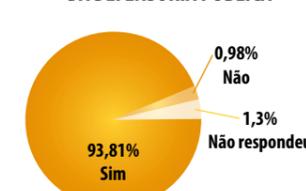
CONFORTO DA ESTRUTURA (SALA DE ESPERA, BANHEIROS, AR CONDICIONADO, ETC.)



EXPERIÊNCIA COM A DEFENSORIA PÚBLICA



VOLTARIA A BUSCAR O ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA



DEPOIMENTOS

"Ótimo trabalho, ágil e acolhedor. Obrigada, gostei muito!"

"Excelente! Continuem sempre em busca da excelência."

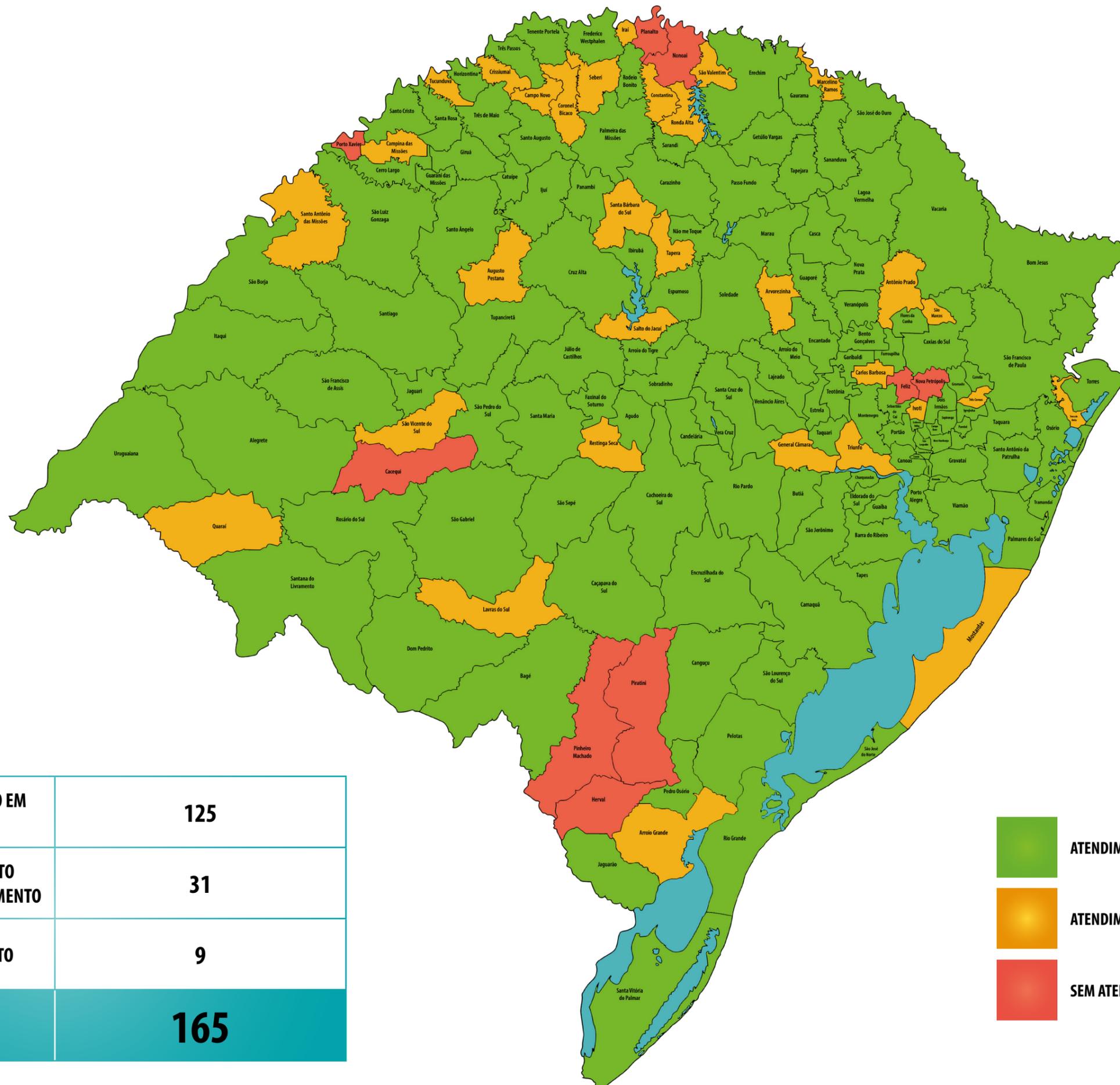
"Que continue um bom atendimento para melhorar a vida do cidadão."

"Não sugiro nenhuma mudança. Foi rápido e atencioso, o atendimento. Parabéns!"

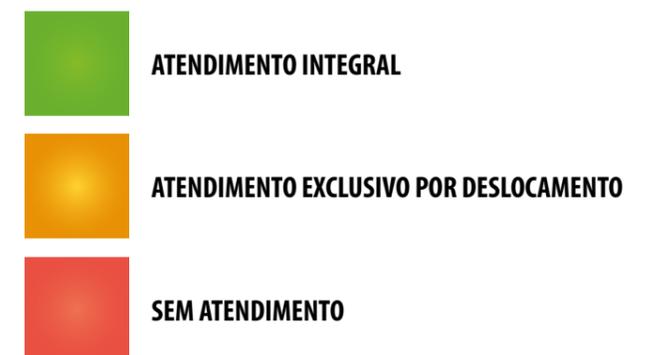
"O atendimento é muito bom. Aqui, as pessoas são muito atenciosas e educadas."

"Estou encantada com o atendimento. Todos os funcionários são super atenciosos. Nota 1000."

ONDE ESTAMOS



COMARCAS COM ATENDIMENTO EM TEMPO INTEGRAL	125
COMARCAS COM ATENDIMENTO EXCLUSIVAMENTE POR DESLOCAMENTO	31
COMARCAS SEM ATENDIMENTO	9
TOTAL	165



NOVAS SEDES

ACOLHIMENTO: 14 NOVAS SEDES RECEBEM COM CONFORTO OS CIDADÃOS QUE BUSCAM O ATENDIMENTO NA DEFENSORIA PÚBLICA

Oportunizar acolhimento aos cidadãos, com ambientes acessíveis e confortáveis também é compromisso da Defensoria Pública. Com a finalidade de prestar melhor atendimento aos assistidos, foram inauguradas 14 novas unidades, com espaço adequado para receber as demandas dos cidadãos. Outras quatro novas sedes já estão em andamento e serão inauguradas até março de 2020. Espaços privativos, climatizados, acessíveis e próximos ao Fórum são alguns dos benefícios dos novos ambientes, que proporcionam

melhor experiência a quem procura a Defensoria Pública, seja uma mãe com bebê no colo, pessoas com necessidades especiais ou idosos. As novas sedes também vêm ao encontro da consolidação da autonomia da Defensoria Pública, que saiu de ambientes forenses para ter locais próprios, tornando-se referência para cidadãos que buscam acesso à justiça e dignidade. As unidades, mesmo sem luxo, conferem acolhimento e atendimento com respeito e integridade a todos que necessitam dos serviços da instituição.



Barra do Ribeiro



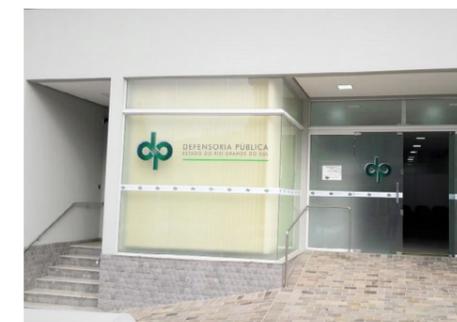
Carazinho



Encantado



Estância Velha



Guaporé



Jaguari



Não-Me-Toque



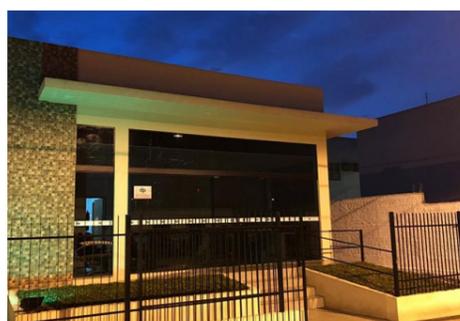
Nova Prata



Rosário do Sul



Santiago



São Gabriel



Taquari



Vera Cruz



Veranópolis

Em novembro de 2019, três novas sedes foram inauguradas: Esteio, Palmares do Sul e Horizontina.

LOCAIS DE ATENDIMENTO

BRASÍLIA

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Defensoria Pública Regional dos Tribunais Superiores	Setor Hoteleiro Sul, Quadra 6, Bloco E, sala 916 - Asa Sul, Brasília/DF	(61) 3224-4495

PORTO ALEGRE

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Tribunal de Justiça	Avenida Borges de Medeiros, 1565, 4º Andar, sala 404 - Praia de Belas	(51) 3212-0539
Defensorias Públicas do Foro Central I	Rua Márcio Luís Veras Vidor, 10 - Praia de Belas	(51) 3224-0777
Defensorias Públicas do Foro Central II	Rua Manoelito de Ornelas, 50, sala 104 - Praia de Belas	(51) 3259-3735
Defensorias Públicas do Foro Regional do 4º Distrito	Avenida Pernambuco, 649, sala 104 - Navegantes	(51) 3345-3720
Defensorias Públicas do Foro Regional do Alto Petrópolis	Avenida Protásio Alves, 8144, 3º andar - Alto Petrópolis	(51) 3384-4075 (51) 3334-1823 (51) 3386-1145
Defensorias Públicas do Foro Regional do Partenon	Avenida Cel. Aparício Borges, 2025, Térreo, sala 111 - Glória	(51) 3339-5877
Defensorias Públicas do Foro Regional da Restinga	Estrada João Antônio da Silveira, 2545 - Restinga	(51) 3250-1244
Defensorias Públicas do Foro Regional do Sarandi	Avenida Assis Brasil, 7625, 3º andar - Sarandi	(51) 3365-4233 (51) 3365-6108
Defensorias Públicas do Foro Regional da Tristeza	Avenida Otto Niemeyer, 2000 - Tristeza	(51) 3250-1013 (51) 3151-5820 (51) 3246-0635
Defensorias Públicas Cíveis e Criminais (Ipergs)	Avenida Borges de Medeiros, 1945, 8º andar - Praia de Belas	(51) 3224-2171
Defensoria Pública Criminal	Rua Miguel Teixeira, 249 - Praia de Belas	(51) 3225-4142 (51) 3227-0819
Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA) - Prédio-Sede	Rua Sete de Setembro, 666 - Centro Histórico	(51) 3211-2233
Centro Vida	Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, 2132 - Rubem Berta	(51) 3347-5144
Justiça Militar	Avenida Praia de Belas, 799	(51) 3228-4460
	Rua Cel. André Belo, 72 (2ª auditoria) - Menino Deus	(51) 3224-4173 (51) 2136-6530
Justiça Instantânea	Avenida Augusto de Carvalho, 2000, sala 215 - Praia de Belas	(51) 3226-0214
Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH)	Rua Siqueira Campos, 731 - Centro Histórico	0800-6444556 (51) 3210-9000
Câmara de Mediação Familiar	Avenida Borges de Medeiros, 1945, 8º andar - Praia de Belas	(51) 3228-9425
Câmara de Conciliação	Rua Sete de Setembro, 666, 2º andar - Centro Histórico	(51) 3210-9356

INTERIOR

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ENDEREÇO	TELEFONE
Agudo	Agudo, Paraíso do Sul	Rua Ramiro Barcelos, 234, Térreo, sala 109 - Centro	(55) 3265-3195
Alegrete	Alegrete	Avenida Tiarajú, 1002, 2º andar - Ibirapuitã	(55) 3421-2521
Alvorada	Alvorada	Rua Maringá, 280 - Maringá	(51) 3411-1769
Antônio Prado	Antônio Prado, Ipê, Nova Roma do Sul	Rua Dr. Ramiro Barcelos, 115, Térreo, sala 113 (Fórum) - Centro	(54) 3293-3310
Arroio do Meio	Arroio do Meio, Capitão, Coqueiro Baixo, Nova Bréscia, Pouso Novo, Travesseiro	Rua Gustavo Wienandts, 469 - Centro	(51) 3716-2537 (51) 3716-1687
Arroio do Tigre	Arroio do Tigre, Estrela Velha, Tunas	Rua Wili Helinger, 393, sala 202.1 - Centro	(51) 3747-2047
Arroio Grande	Arroio Grande	Rua Dr. Monteiro, 1320, Térreo - Centro	(53) 3262-1753
Arvorezinha	Arvorezinha, Ilópolis, Itapuça, Putinga	Rua Encantado, 727 - Centro	(51) 3772-1371
Augusto Pestana	Augusto Pestana, Jóia	Rua Venâncio Aires, 2470, sala 201 - Centro	(55) 3334-1180
Bagé	Aceguá, Bagé, Candiota, Hulha Negra	Rua Caetano Gonçalves, 900 - Centro	(53) 3247-1911
Barra do Ribeiro	Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel, Sertão Santana	Rua Cel. Araújo Ribeiro, 336 - Centro	(51) 3482-2315
Bento Gonçalves	Bento Gonçalves, Monte Belo, Pinto Bandeira	Avenida Planalto, 1420 - São Bento	(54) 3453-6989
Bom Jesus	Bom Jesus, Jaquirana, São José dos Ausentes	Rua Sete de Setembro, 388 - Centro	(54) 3237-2169
Butiá	Butiá, Minas do Leão	Avenida Getúlio Vargas, 909, sala 116 - Cidade Alta	(51) 3652-2369
Caçapava do Sul	Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista	Rua Lúcio Jaime, 387 - Centro	(55) 3281-1307
Cachoeira do Sul	Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais	Rua Silvío Scopel, 1200, 2º andar, sala 201 - Santo Antônio	(51) 3724-0295 (51) 3723-4222

INTERIOR

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ENDEREÇO	TELEFONE
Cachoeirinha	Cachoeirinha	Rua Manatá, 690, Térreo, sala 115, 5º andar, sala 503 - Vila Monte Carlo	(51) 3439-3616
Camaquã	Arambaré, Camaquã, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano	Avenida Antônio Duro, 260, salas 302, 305 e 307 - Centro	(51) 3671-1509 (51) 3692-2755 (51) 3671-5653
Campina das Missões	Campina das Missões, Cândido Godói, São Paulo das Missões	Rua Porto Alegre, 330, sala 101 - Centro	(55) 3567-1511
Campo Bom	Campo Bom	Avenida dos Estados, 800, 2º andar - Centro	(51) 3597-0522
Campo Novo	Braga, Campo Novo, Sede Nova	Rua Fernandes Araújo, 406, sala 102 - Centro	(55) 3528-1442
Candelária	Candelária	Rua Júlio de Castilhos, 662 - Centro	(51) 3743-3029
Canela	Canela	Rua Augusto Pestana, 342, sala 232 - Centro	(54) 3282-9889
Canguçu	Canguçu	Rua Júlio de Castilhos, 803 - Centro	(53) 3252-3591
Canoas	Canoas, Nova Santa Rita	Rua Cel. Marcelino, 25 - Centro	(51) 3472-2428
Capão da Canoa	Capão da Canoa, Xangri-Lá	Rua Peri, 1645 - Centro	(51) 3625-6612
Carazinho	Almirante Tamandaré do Sul, Carazinho, Chapada, Coqueiro do Sul, Santo Antônio do Planalto	Rua Bento Gonçalves, 110 - Centro	(54) 3331-1774 (54) 3331-1820
Carlos Barbosa	Carlos Barbosa, Barão	Rua Rui Barbosa, 126, sala 202 - Centro	(54) 3461-5539
Casca	Casca, Ciriaco, Davi Canabarro, Nova Araçá, Paraí, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Vanini	Rua Vitorino Monteiro, 195 - Centro	(54) 3347-2387 (54) 3347-1496
Catuípe	Catuípe	Rua Cel. Bicaco, 262 - Centro	(55) 3336-1055
Caxias do Sul	Caxias do Sul	Avenida Independência, 2393, Térreo - Panazzolo	(54) 3228-2298
Cerro Largo	Cerro Largo, Roque Gonzales, Salvador das Missões, São Pedro do Butiá, Ubiretama	Rua Dr. João Sebastião, 284, sala 01 - Centro	(55) 3359-1123
Charqueadas	Charqueadas	Travessa Juca Buchain, 121 - Centro	(51) 3658-3888
Constantina	Constantina, Engenho Velho, Liberato Salzano, Novo Xingú	Rua Cantídio Rodrigues de Almeida, 234, sala 103 - Centro	(54) 3363-2082
Coronel Bicaco	Coronel Bicaco, Redentora	Rua Francisco Manoel Diniz, 706, sala 10 - Centro	(55) 3557-1046
Crissiumal	Crissiumal, Humaitá	Rua Vinte de Setembro, 245 - Centro	(55) 3524-2019
Cruz Alta	Cruz Alta, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Inkra, Fortaleza dos Valos, Pejuçara	Avenida Presidente Vargas, 483, 1º andar - Centro	(55) 3324-3289
Dois Irmãos	Dois Irmãos, Morro Reuter, Santa Maria do Herval	Rua Novo Hamburgo, 2155, 3º andar - Floresta	(51) 3564-3250
Dom Pedrito	Dom Pedrito	Avenida Rio Branco, 1817, sala 124 - Centro	(53) 3243-5878
Eldorado do Sul	Eldorado do Sul	Avenida Mário Ribeiro, 143, Térreo, sala 11 - Centro	(51) 3481-6639
Encantado	Encantado, Anta Gorda, Doutor Ricardo, Muçum, Revaldo, Roca Sales, Vespasiano Corrêa	Rua Júlio de Castilhos, 774, sala 102 e 104 - Centro	(51) 3751-4420
Encruzilhada do Sul	Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador	Rua Rodolfo Taborda, 100, sala 112 - Centro	(51) 3733-3683
Erechim	Erechim, Aratiba, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Campinas do Sul, Cruzaltense, Itatiba do Sul, Jacutinga, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Severiano de Almeida, Três Arroios	Avenida Pedro Pinto de Souza, 722 e 732, salas 01 e 02 - Centro	(54) 3519-9883
Espumoso	Espumoso, Campos Borges, Alto Alegre	Rua Soledade, 41 - Centro	(54) 3383-2748
Esteio	Esteio	Rua Dom Pedro II, 299 - Centro	(51) 3459-4011
Estância Velha	Estância Velha	Rua Presidente Lucena, 3305 - Centro	(51) 3561-8969
Estrela	Estrela, Bom Retiro, Colinas, Fazenda Vilanova	Rua Bruno Schwertener, 285, sala 103 - Centro	(51) 3712-2468
Farroupilha	Farroupilha	Rua Independência, 102 - São Luiz	(54) 3261-1603
Faxinal do Soturno	Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Ivorá, Nova Palma, São João do Polêsine	Rua Trinta de Novembro, 837, 1º andar - Centro	(55) 3263-1083
Flores da Cunha	Flores da Cunha, Nova Pádua	Rua Borges de Medeiros, 2170, Térreo, sala 101 - Centro	(54) 3292-4575
Frederico Westphalen	Frederico Westphalen, Caíçara, Palmitinho, Pinheirinho do Vale, Taquaraçú do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre	Rua Antônio Boscardin, 364, 1º andar - Centro	(55) 3744-2211
Garibaldi	Garibaldi, Boa Vista do Sul, Coronel Pilar	Rua Francisco Meneghetti, 130, 1º andar, salas 103 e 112 - Centro	(54) 3462-6917
Gaurama	Gaurama, Centenário, Carlos Gomes, Viadutos, Áurea	Rua João Amandio Sperb, 373 - Centro	(54) 3391-1632
General Câmara	General Câmara, Vale Verde	Rua David Canabarro, 152 - Centro	(51) 3655-1052
Getúlio Vargas	Getúlio Vargas, Estação, Erebang, Floriano Peixoto, Ipiranga do Sul, Sertão	Rua Afonso Lúcio Tagliari, 40, 1º andar - Centro	(54) 3341-1861 (54) 3341-3047

INTERIOR

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ENDEREÇO	TELEFONE
Giruá	Giruá, Senador Salgado Filho	Avenida Cel. Braulio de Oliveira, 923 - Centro	(55) 3361-2021
Gramado	Gramado, Nova Petrópolis	Rua Augusto Daros, 100, 1º andar, sala 106 - Centro	(54) 3286-0883
Gravataí	Gravataí, Glorinha	Avenida José Loureiro da Silva, 2255 - Centro	(51) 3484-5326 (51) 3423-5624
Guaíba	Guaíba	Rua Nestor de Moura Jardim, 387, 3º andar, sala 312 - Parque 35	(51) 3491-6414
Guaporé	Guaporé, Dois Lajeados, Montauri, Serafina Corrêa, São Valentim do Sul, União da Serra	Rua Gino Morassutti, 1070, Térreo - Centro	(54) 3343-6154
Guarani das Missões	Guarani das Missões, Sete de Setembro	Avenida São Miguel, 1035, 2º andar, sala 210 - Centro	(55) 3353-1688
Horizontina	Horizontina, Doutor Maurício Cardoso	Rua São Pedro, 178, 1º andar - Centro	(55) 3537-1710
Ibirubá	Ibirubá, Quinze de Novembro	Rua Flores da Cunha, 1029 - Centro	(54) 3324-4418
Igrejinha	Igrejinha	Rua Sete de Julho, 469 - Centro	(51) 3545-3802 (51) 3545-8143
Ijuí	Ijuí, Ajuricaba, Bozano, Coronel Barros, Nova Ramada	Rua Tiradentes, 671, 1º andar, sala 106 - Centro	(55) 3331-2326
Iraí	Iraí	Rua Pereira Filho, 233, 2º andar, sala 204 (Fórum) - Centro	(55) 3745-1053
Itaqui	Itaqui, Maçambará	Avenida Independência, 576, 1º andar, salas 01, 02 e 03 - Centro	(55) 3433-5074 (55) 3433-2019
Ivoti	Ivoti, Lindolfo Collor, Presidente Lucena	Rua Bento Gonçalves, 800, sala 106 (Fórum) - Centro	(51) 3563-2126
Jaguarão	Jaguarão	Rua Quinze de Novembro, 811 - Centro	(53) 3261-1154
Jaguari	Jaguari, Nova Esperança do Sul	Rua Dr. Edu Marchiori da Silveira, 2385, sala 01 - Centro	(55) 3255-1188
Júlio de Castilhos	Júlio de Castilhos, Pinhal Grande	Rua Padre Roque Gonzales, 55, sala 103 - Centro	(55) 3271-9108
Lagoa Vermelha	Lagoa Vermelha, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Ibiraiaras, Muliterno	Avenida Afonso Pena, 414, salas 103 e 105 - Centro	(54) 3358-1507
Lajeado	Lajeado, Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul, Sério	Rua Júlio de Castilhos, 478, Prédio do Sine - Centro	(51) 3748-3107
Lavras do Sul	Lavras do Sul	Rua Júlio de Castilhos, 373, sala 112 - Centro	(55) 3282-2196
Marau	Marau, Camargo, Gentil, Nicolau, Vergueiro, Nova Alvorada, Vila Maria	Rua Irineu Ferlin, 1045, sala 1039 - Centro	(54) 3342-1101 (54) 3342-3441
Marcelino Ramos	Marcelino Ramos, Maximiliano de Almeida	Rua Dr. João da Silveira, 825 - Centro	(54) 3372-1583
Montenegro	Montenegro, Brochier, Maratá, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Sul, São Pedro do Sul	Rua Amauri Daudt Lampert, 1050 - Timbaúva	(51) 3632-9201
Mostardas	Mostardas, Tavares	Avenida Independência, 848 - Centro	(51) 3673-1725
Não-Me-Toque	Não-Me-Toque, Tio Hugo, Victor Graeff	Avenida Augusto Scherer, 984, sala 6 - Centro	(54) 3332-3125
Nova Prata	Nova Prata, André da Rocha, Guabiju, Nova Bassano, Protásio Alves, São Jorge, Vista Alegre do Prata	Rua Henrique Lenzi, 427 - Centro	(54) 3242-6682
Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	Rua Guia Lopes, 4050, Loja 1 - Rondônia	(51) 3525-4269 (51) 3581-5426 (51) 3593-2892 (51) 3556-1519
Osório	Osório, Maquiné	Avenida Jorge Dariva, 1671 - Centro	(51) 3663-2023
Palmares do Sul	Palmares do Sul, Capivari do Sul	Avenida Luiz Silveira, 848 - Centro Histórico	(51) 3668-1802
Palmeira das Missões	Palmeira das Missões, Boa Vista das Missões, Lejeado do Bugre, Novo Barril, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões	Rua Benjamin Constant, 90 - Centro	(55) 3742-4748 (55) 3742-2732
Panambi	Panambi, Condor	Rua Gonçalves Dias, 410 - Nossa Senhora de Fátima	(55) 3375-8659
Parobé	Parobé	Avenida Taquara, 470 - Guarujá	(51) 3523-2610
Passo Fundo	Passo Fundo, Ernestina, Coxilha, Mato Castelhano, Pontão	Rua Morom, 1437 - Centro	(54) 3335-2052 (54) 3312-2556
Pedro Osório	Pedro Osório, Cerrito	Avenida José Bonifácio, 1968, sala 106 - Centro	(53) 3255-1449
Pelotas	Pelotas, Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu	Avenida Ferreira Viana, 1499 - Areal	(53) 3273-2484 (53) 3282-1770
Portão	Portão, Capela de Santana	Rua Cuiabá, 145, salas 103 e 105 - Centro	(51) 3562-3174
Restinga Seca	Restinga Seca	Rua Edmundo Bischoff, 317, sala 01 - Centro	(55) 3261-4058
Rio Grande	Rio Grande	Rua Silva Paes, 333 e 337 - Centro	(53) 3231-5236 (53) 3232-3148

INTERIOR

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ENDEREÇO	TELEFONE
Rio Pardo	Rio Pardo, Pântano Grande	Rua Gen. Andrades Neves, 1179 - Centro	(51) 3731-5178 (51) 3731-4286
Rodeio Bonito	Rodeio Bonito, Ametista do Sul, Cerro Grande, Cristal do Sul, Jaboticaba, Nova Tiradentes, Pinhal	Rua Gen. Osório, 366, 1º andar, sala 103 - Centro	(55) 3798-1101 (55) 3746-1034
Ronda Alta	Ronda Alta, Rondinha, Três Palmeiras	Rua Duque de Caxias, 50, 2º andar - Centro	(54) 3364-1429
Rosário do Sul	Rosário do Sul	Rua Independência, 2398 - Centro	(55) 3231-7198
Salto do Jacuí	Salto do Jacuí, Jacuizinho	Avenida Hermogênio Cursino dos Santos, 400, 2º andar - Menino Deus	(55) 3327-1023
Sananduva	Sananduva, Ibiaçá, Paim Filho, São João da Urtiga	Rua João Júlio Leite, 467, 2º andar - Centro	(54) 3343-2244
Santa Bárbara do Sul	Santa Bárbara do Sul, Saldanha Marinho	Rua Helena Cerutt, 71 - Cerutt	(55) 3372-2647
Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul, Gramado Xavier, Herveiras, Passo do Sobrado, Sinimbu	Rua Fernando Abbot, 664 - Centro	(51) 3711-2221
Santa Maria	Santa Maria, Itaara, São Martinho da Serra, Silveira Martins	Alameda Montevideo, 308, sala 101 - Nossa Senhora das Dores	(55) 3218-1032
Santa Rosa	Santa Rosa, Porto Mauá, Tuparendi	Avenida Santa Cruz, 352 - Centro	(55) 3513-0843 (55) 3512-1738
Santa Vitória do Palmar	Santa Vitória do Palmar, Chuí	Rua Dom Diogo de Souza, 1250 - Centro	(53) 3263-6020 (53) 3263-3562 (53) 3263-4883
Santana do Livramento	Santana do Livramento	Rua Barão do Triunfo, 484 - Centro	(55) 3244-3752 (55) 3243-2588
Santiago	Santiago, Capão do Cipó, Itacurubim, Unistalda	Rua Marechal Deodoro, 1020, sala 101 - Centro	(55) 3251-9621
Santo Ângelo	Santo Ângelo, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, São Miguel, Vitória das Missões	Avenida Venâncio Aires, 1437, 1º andar, sala 101 - Centro	(55) 3312-7672 (55) 3313-4578
Santo Antônio da Patrulha	Santo Antônio da Patrulha, Caraá	Rua Roberto Xavier da Luz, 06, salas 105, 107 e 115 - Cidade Alta	(51) 3662-1224
Santo Antônio das Missões	Santo Antônio das Missões, Garrunchos	Rua Ricardo Santiago de Godoi, 3605, sala 102 - Centro	(55) 3367-1446
Santo Augusto	Santo Augusto, Chiapeta, Inhacorá, São Martinho, São Valério do Sul	Avenida do Comércio, 328, sala 09 - Centro	(55) 3781-1649 (55) 3781-3958
Santo Cristo	Santo Cristo, Alecrim, Porto Vera Cruz	Rua Marechal Deodoro, 2280 - Centro	(55) 3541-1632 (55) 3541-1228
São Borja	São Borja	Rua Félix da Cunha, 388 - Centro	(55) 3431-7574 (55) 3431-9207
São Francisco de Assis	São Francisco de Assis, Manoel Viana	Rua Expedicionário, 1492 - Centro	(55) 3252-3397
São Francisco de Paula	São Francisco de Paula, Cambará do Sul	Rua Manoel Vicente Ferreira, 257 - Centro	(54) 3224-1917 (54) 3224-2267
São Gabriel	Santa Margarida do Sul, São Gabriel	Rua Onésimo Laureano, 82 - Zona Sul	(55) 3232-0776
São Jerônimo	São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo	Avenida Rio Branco, 1099, 2º andar, sala 210 - Bela Vista	(51) 3651-5294
São José do Norte	São José do Norte	Rua General Osório, 555, sala 104 - Centro	(53) 3238-1454
São José do Ouro	São José do Ouro, Barracão, Cacique Doble, Machadinho, Santo Expedito do Sul, Tupanci do Sul	Rua Maximiliano Centenário, 180 - Centro	(54) 3352-2171
São Leopoldo	São Leopoldo	Avenida Unisinos, 99, 3º andar, sala 314	(51) 3568-6127
São Lourenço do Sul	São Lourenço do Sul	Rua Almirante Barroso, 1176, 1º andar, sala 102 e 104 - Centro	(53) 3251-6339
São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga, Bossoroca, Caibaté, Dezesseis de Novembro, Mato Queimado, Pirapó, São Nicolau	Rua Cel. Fernando Machado, 2771, 2º andar - Agrícola	(55) 3352-2332 (55) 3352-4144
São Marcos	São Marcos	Rua Carlos Gomes, 557, 1º andar, sala 102 - Centro	(54) 3291-4790
São Pedro do Sul	São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar, Toropi, Quevedos	Rua Ernesto Wagner, 233, 1º andar, sala 103 - Centro	(55) 3276-4333
São Sebastião do Caí	São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Harmonia, São José do Hortêncio, Tupandi	Rua São Lourenço, 1113, sala 01 - Centro	(51) 3635-0360
São Sepé	São Sepé, Formigueiro, Vila Nova do Sul	Rua Persival Brenner, 1766 - Centro	(55) 3233-2960
São Valentim	São Valentim, Benjamin Constant do Sul, Entre Rios do Sul, Erval Grande, Faxinalzinho	Rua Luiz Carlos Farret, 66, sala 105 (Fórum) - Centro	(54) 3373-1044
São Vicente do Sul	São Vicente do Sul, Mata	Rua Vinte de Setembro, 775 - Centro	(55) 3257-2702
Sapiranga	Sapiranga, Araricá, Nova Hartz	Rua Alberto Schmidt, 441 - Centenário	(51) 3559-5220 (51) 3599-2927

CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS



Desde janeiro de 2014, o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) e o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH), que trabalham conjuntamente, atuam para atender às demandas apresentadas por pessoas e grupos vulneráveis que têm seus direitos violados, prestando atendimento sigiloso, integral e humanizado, articulando-se com a rede de atenção socioassistencial, psicossocial e sociedade civil. Os acolhimentos são realizados na Rua Siqueira Campos, 731, Centro Histórico de Porto Alegre, mas a orientação jurídica também pode ser feita via telefone pelo **disque-acolhimento: 0800.644.5556**.

Defensoria pede R\$ 25 mil de indenização a sem-teto que teve casinha destruída pela prefeitura

Abrigo improvisado em Porto Alegre foi jogado em um caminhão de lixo com objetos pessoais do morador de rua.



DEFENSORIA PEDE INDENIZAÇÃO POR DESTRUIÇÃO DE CASA MÓVEL PELA PREFEITURA

Em uma ação judicial contra o município de Porto Alegre, a Defensoria Pública pede que um assistido seja indenizado por danos morais e materiais, no valor de R\$ 25 mil, por ter a casa móvel onde vivia destruída pela Prefeitura. A casa, improvisada na Praça Isabel, a Católica, no bairro Praia de Belas, foi jogada no compactador de um caminhão do DMLU, no final de agosto, junto com objetos pessoais – documentos, cobertas, remédios, cama de casal, fogão de quatro bocas, pia, armário de cozinha, botijão de gás, louça e alimentos. Na petição inicial é alegado que os agentes municipais violaram de forma desumana e degradante o mínimo existencial que o autor possuía.

NUDDH OBTÉM LIMINAR FAVORÁVEL EM CASO DE TRAVESTI QUE FOI DIFAMADA NAS REDES SOCIAIS

Em dezembro de 2018, o NUDDH ajuizou Ação de Indenização por Danos Morais em favor de mulher travesti que teve sua imagem associada a comentário ofensivo publicado em rede social. A publicação deu-se com caráter discriminatório, comparando a autora com o personagem de desenho “He-Man”. Este, por ser do gênero masculino, vai de encontro à identidade de gênero da assistida, causando-lhe danos inegáveis. Na petição inicial, foram alegados os direitos humanos fundamentais à dignidade humana, à imagem e à honra. Foi deferida a tutela provisória de urgência, a fim de que a postagem fosse removida no prazo de 48 horas. No mérito, foi pleiteada a confirmação da tutela provisória e a condenação do requerido, por danos morais, em valor não inferior a R\$ 50 mil.



TRATAMENTO DESUMANO E DEGRADANTE

Há mais de dois anos, as pessoas detidas em pretensa situação de flagrante, ou por estarem foragidas, no RS, têm permanecido custodiadas nas sedes das Delegacias de Polícia Civil. Este fato foi objeto de demandas individuais e coletivas manejadas pela DPE, pelo MP e pela advocacia privada. Há mais de um ano, a situação se agravou e presos provisórios e definitivos passaram a ficar custodiados por longos períodos em celas nas Delegacias e viaturas da Brigada Militar e das Guardas Municipais. O NUDDH acompanhou a situação, realizando inspeções nos locais em que foram noticiadas pessoas presas nessas condições. No mesmo período, também foram instaladas celas contêineres para custódia de presos no Instituto Penal de Novo Hamburgo (IPNH). A Defensoria Pública realizou vistoria *in loco* e constatou como impróprios os contêineres para

uso como cela. A fim de sanar o tratamento desumano e degradante ao qual as pessoas detidas estavam sendo submetidas, a DPE ajuizou diversas ações: a) Ação Civil Pública com pedido de tutela urgência em face do Estado do RS, para interdição das celas das Delegacias e do Deic de Porto Alegre e as Delegacias de Pronto Atendimento de Canoas, de Gravataí e de São Leopoldo, sendo proibido o ingresso de novos presos que suplantem a lotação máxima oficialmente atribuída, bem como determinando a permanência dos presos no local pelo prazo máximo de 24 horas; b) Ação Civil Pública com Pedido de Concessão Liminar de Tutela de Urgência de Natureza Antecipada, a fim de que cessasse a custódia de pessoas em viaturas policiais por violar gravemente os direitos humanos e fundamentais, bem como os fundamentos da pena e por desviar a função do serviço dos agentes públicos. O pedido de concessão liminar de tutela de urgência de natureza antecipada foi deferido; c) *Habeas Corpus* coletivo cujo objeto foi a suspensão da possibilidade de encaminhamento dos presos aos contêineres localizados no IPNH, em razão da ausência de condições para a sua permanência no local; d) Agravo em Execução sobre contêineres localizados no IPNH. O agravo não foi conhecido, entretanto a 7ª Câmara Criminal do TJ/RS concedeu *habeas corpus* de ofício, determinando a retirada dos presos dos contêineres; e) *Habeas Corpus* coletivo em favor de custodiados nas Delegacias de Polícia de Pronto Atendimento de Porto Alegre, Gravataí, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Viamão, ou presos em viaturas e que aguardam encaminhamento às unidades prisionais e todos os que vierem a aguardar em dependências de Delegacias de Polícia, viaturas ou outros locais inadequados de forma ilegal. Foi concedida, em parte, liminar que determinou o encaminhamento de todos os presos detidos nas viaturas/veículos ou outros locais igualmente inadequados a estabelecimentos prisionais.

INTERIOR

DEFENSORIA PÚBLICA REGIONAL	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ENDEREÇO	TELEFONE
Sapucaia do Sul	Sapucaia do Sul	Avenida João Pereira Vargas, 611 - Centro	(51) 3452-2172 (51) 3452-1173
Sarandi	Sarandi, Barra Funda, Nova Boa Vista	Rua Senador Alberto Pasqualini, 1229, Edifício Themis, sala 1 - Centro	(54) 3361-4721 (54) 3361-4533
Seberi	Seberi, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco	Avenida Gen. Flores da Cunha, 1467, sala 108 - Centro	(55) 3746-1034
Sobradinho	Sobradinho, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Passa Sete, Segredo	Rua Bento Gonçalves, 55, sala 101 - Centro	(51) 3742-3466
Soledade	Soledade, Barros Cassal, Fontoura Xavier, Ibirapuitã, Mormaço, São José do Herval	Rua Isolina Zannetti, 30, sala 2 - Missões	(54) 3381-5490 (54) 3381-3561 (54) 3381-5169
Tapejara	Tapejara, Água Santa, Charrua, Santa Cecília do Sul, Vila Lângaro	Rua do Comércio, 1668 - Centro	(54) 3344-3163
Tapera	Tapera, Colorado, Lagoa dos Três Cantos, Selbach	Avenida Presidente Tancredo Neves, 1019 - Progresso	(54) 3385-1723
Tapes	Tapes, Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul	Rua dos Jambos, 62 - Pontal	(51) 3672-2952
Taquara	Taquara, Riozinho, Rolante	Rua Federação, 2100 - Centro	(51) 3541-3613
Taquari	Taquari, Tabaí	Rua Consuelo Alvim Saraiva, 215 - Parque da Pedreira	(51) 3653-5956 (51) 3653-3781
Tenente Portela	Tenente Portela, Barra do Guarita, Derrubadas, Miraguaí, Vista Gaúcha	Rua Luis Carlos Schepp, 41, 2º andar, sala 102 (Fórum) - Centro	(55) 3551-3122
Terra de Areia	Terra de Areia, Itati	Rua Treze de Abril, 3959, sala 112 - Centro	(51) 3666-1893
Teutônia	Teutônia, Imigrante, Paverama, Poço das Antas, Westfália	Avenida Um Norte, 200, sala 10 - Centro Administrativo	(51) 3762-3087
Torres	Torres, Arroio do Sal, Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Três Forquilhas	Rua Travessa Capaverde, 82, sala 01 - Centro	(51) 3626-3381 (51) 2144-1137
Tramandaí	Tramandaí, Balneário Pinhal, Cidreira, Imbé	Rua Vergueiros, 212 - Zona Nova	(51) 3684-5172 (51) 3684-6442 (51) 3684-6052
Três Coroas	Três Coroas	Rua Felipe Bender, 373, sala 101 - Centro	(51) 3646-4740
Três de Maio	Três de Maio, Alegria, Boa Vista do Buricá, Independência, Nova Candelária, São José do Inhacorá	Avenida Buricá, 375 - Oriental	(55) 3535-1006
Três Passos	Três Passos, Bom Progresso, Esperança do Sul, Tiradentes do Sul	Avenida Júlio de Castilhos, 102 - Centro	(55) 3522-2542
Triunfo	Triunfo	Rua dos Bombeiros Voluntários, 100 - Centro	(51) 3654-3911
Tucunduva	Tucunduva, Novo Machado	Rua Santa Rosa, 580 - Centro	(55) 3542-2356
Tupanciretã	Tupanciretã, Jari	Rua Antonio Silveira, 1197, 2º andar, salas 202 e 204 - Centro	(55) 3272-4085
Uruguaiana	Uruguaiana, Barra do Quaraí	Rua Bento Martins, 2497, sala 202 - Centro	(55) 3411-3841
Vacaria	Vacaria, Campestre da Serra, Esmeralda, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra	Rua Luiz Jacques Manozzo, 86 - Carazinho	(54) 3232-5464
Venâncio Aires	Venâncio Aires, Boqueirão do Leão, Mato Leitão	Rua Conde D'Eu, 2036 - Cruzeiro	(51) 3793-0044 (51) 3741-3201
Vera Cruz	Vera Cruz, Vale do Sol	Rua Roberto Gruending, 231, sala 3 - Centro	(51) 3718-2954
Veranópolis	Veranópolis, Cotiporã, Fagundes Varela, Vila Flores	Rua Frei Inácio Curtarelli, 286 - São Pelegrino	(54) 3441-4961
Viamão	Viamão	Avenida Senador Salgado Filho, 9764 - Centro	(51) 3485-3164

SEMINÁRIO “DIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS”

O NUDDH e a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da DPE/RS realizaram, em abril, o evento de qualificação “Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos”. O encontro contou com a participação de defensores, defensoras, servidoras e servidores da instituição, combinando palestras, relatos de experiências e oficinas. Na oportunidade, também foi lançada a cartilha “Nada sobre nós sem nós”, sobre os direitos das pessoas com deficiência.



CÂMARA DE MEDIAÇÃO FAMILIAR



Pioneira no Brasil, a Câmara de Mediação Familiar da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é a alternativa para desafogar o alto número de processos na área de família que tramitam no Poder



Judiciário, propiciando resultados mais humanos nos conflitos familiares e fornecendo acesso ao conhecimento e empoderamento das famílias. Tem como princípios norteadores a imparcialidade, a isonomia, a oralidade, a informalidade, a autonomia da vontade, a busca do consenso, a confidencialidade e a boa-fé. A Câmara faz parte do Centro de Referência em Mediação e Conciliação (CRMC), criado em abril de 2017, em Porto Alegre, e tem a finalidade de prosseguir na disseminação da cultura de pacificação social, por meio dos métodos autocompositivos de conflitos.

No período foram realizadas 754 sessões de mediação e ajuizadas 118 iniciais.

OFICINA DAS FAMÍLIAS

Oferece conhecimento e empoderamento às famílias por meio da educação em direitos. No período, foram realizadas 53 Oficinas das Famílias no CRMC e sete itinerantes, alcançando 1.027 pessoas. Também houve quatro edições do Curso de Formação de Instrutores da Oficina das Famílias, capacitando aproximadamente 200 pessoas.

Em pesquisa realizada pelo CRMC com 2.391 respondentes entre julho a setembro de 2019, o nível de satisfação com a Oficina das Famílias atingiu 94,61% para a resposta "muito satisfeito" e "satisfeito", 95,44% dos entrevistados indicariam a oficina a alguém e, para 83,41% dos respondentes, a mediação resultou em um acordo. Entre os participantes das Oficinas das Famílias, 78,56% optam pela mediação.

SATISFAÇÃO

04 de julho de 2017 a 30 de setembro de 2019

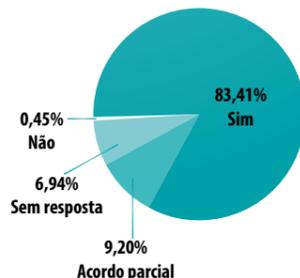
Respondentes: 2391



A MEDIAÇÃO RESULTOU EM UM ACORDO?

14 de agosto de 2017 a 30 de setembro de 2019

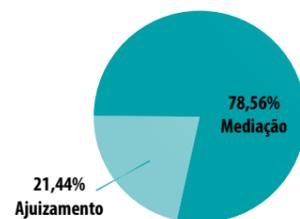
Respondentes: 663



ENCAMINHAMENTO PÓS-OFFICINA MEDIAÇÃO X AJUIZAMENTO

13 de setembro de 2017 a 30 de setembro de 2019

Participantes: 1166



CONSTELAÇÃO FAMILIAR: NOVO SERVIÇO

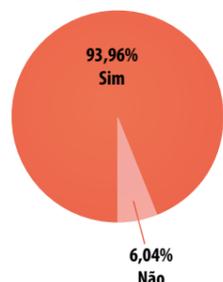
Desde agosto de 2019, a Câmara de Mediação Familiar, por meio de convênio firmado com a PUCRS, oferece o serviço gratuito de constelação familiar aos participantes das Oficinas das Famílias. O trabalho é feito por consteladoras da universidade e tem como objetivo potencializar as

mediações e a solução extrajudicial dos conflitos. Pesquisa feita com 182 pessoas que participaram das primeiras sessões apontou que o serviço é relevante (93,96%) e que a constelação foi útil para a resolução dos problemas (95,46%).

A CONSTELAÇÃO FEZ SENTIDO?

De agosto de 2019 a setembro de 2019

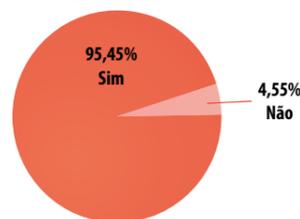
Respondentes: 182



A QUESTÃO CONSTELADA FOI ÚTIL?

De agosto de 2019 a setembro de 2019

Respondentes: 176



CÂMARA DE CONCILIAÇÃO



A Câmara de Conciliação no âmbito da instituição, criada em 2018 e regulamentada pela Resolução DPGE nº 12/2018, visa à promoção da solução extrajudicial dos conflitos. Abrange questões de direito civil em geral, com especial atenção ao tratamento do superendividamento da população gaúcha. São atendidas, em sua maioria, demandas oriundas de relações de consumo e de condomínio. As sessões, presididas por defensora pública, ocorrem em sala exclusiva no prédio-sede da instituição. Delas é extraída ata que, assinada pela defensora pública, é título executivo extrajudicial. A Defensoria Pública faz o atendimento da parte e entra em contato com os bancos, financeiras, lojas e condomínios, a fim de consultar sobre o interesse em conciliar.



SESSÕES PRESENCIAIS

TOTAL DE SESSÕES AGENDADAS: 445

TOTAL DE SESSÕES REALIZADAS: 361

ACORDOS FECHADOS EM SESSÃO: 236

PORCENTAGEM DE ACORDOS: 65,37%

POR E-MAIL

NEGOCIAÇÕES POR E-MAIL: 294

ACORDOS FECHADOS VIA E-MAIL: 76

PORCENTAGEM DE ACORDOS: 25,85%

VOLUME NEGOCIADO*:

R\$ 1.019.781,30

*que retornou à sociedade

OUTRAS SOLUÇÕES:

Liquidação imediata do contrato: 25
Valores devolvidos: R\$ 4.916,00

E-mail de contato para empresas/instituições:
conciliacao@defensoria.rs.def.br

E-mail de contato para a população em geral:
nomelampo@defensoria.rs.def.br

DEFESA DOS VULNERÁVEIS

CLÁUDIO BRITO

Completando em maio 25 anos de atuação, a Defensoria Pública do Estado renova, amplia e otimiza seu trabalho junto ao povo gaúcho adotando novos critérios, que focam no atendimento às pessoas mais necessitadas, que demonstram hipotecabilidade financeira, assim entendidas as que comprovem renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos. Antes que se imagine que o petamar é pequeno demais e exclui muita gente, mesmo em situação financeira mais vantajosa, também depende da Defensoria, fica muito claro que os objetivos e princípios da instituição estão fielmente cumpridos se bem examinados os parâmetros fixados pela resolução que estabeleceu regras de atuação da Defensoria a partir deste mês.

Sempre será atendido quem estiver inserido em grupo so-

cial vulnerável, quando houver necessidade de proteção dos direitos humanos, de preservação da dignidade e promoção dos direitos humanos, especialmente nos casos graves e

Defensoria tem iniciativa na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, tais como propositura, desde que o resultado possível possa beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes.

O defensor público-geral do Estado, Cristiano Heerdt, conduziu a discussão e a implantação dos novos critérios, reunidos em ato do Conselho Superior do órgão. Será possível atender mais gente ainda, enquadrando no perfil adequado às finalidades da Defensoria Pública, com certeza.

GAUCHAZH

Veja mais notícias em g1.com.br

ZERO HORA

OS DESAFIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

CRISTIANO VIEIRA HEERDT
POR EDUARDO AMARAL

Criada em 1994, a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul completa, em maio, 25 anos de atuação. Ao longo deste quarto de século, o órgão buscou ampliar a justiça da população mais carente. Nesta entrevista, o defensor público-geral do estado, Cristiano Vieira Heerdt, avalia os desafios do futuro.

O DPE/RS desenvolveu nos últimos anos

Como o senhor avalia a atuação da Defensoria Pública no Rio Grande do Sul? Como o senhor avalia a atuação da Defensoria Pública no Rio Grande do Sul? Como o senhor avalia a atuação da Defensoria Pública no Rio Grande do Sul?

CORREIO DO POVO

PELO VALE G10

ENCANTADO COELHO BARRA ANA GORBA DOURADO BENTONOV ARAÚJO NOVA BRÉSIA PUBLICA REZANO APARECIDA BLOMUS ENICA

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DEFENSORIA PÚBLICA INAUGURA SEDE

Mais espaço e privacidade para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

NOVO ESPAÇO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

O INFORMATIVO DO VALE

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Jornal da Lei

25 anos de cidadania e acesso à Justiça

Atuando desde 1994, Defensoria Pública do Estado já ultrapassou a marca de 1 milhão de atendimentos por ano

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DEFENSORIA PÚBLICA REALIZARÁ PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA E DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Percepção da sociedade gaúcha acerca da atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) será aferida novamente, entre 30 de julho e 10 de setembro de 2017, por meio da 2ª Pesquisa de Opinião Pública, que vai mensurar o grau de confiança e o comprometimento da população gaúcha com a atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS).

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

JORNAL DA LEI

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DEFENSORIA PÚBLICA REALIZA MUTIRÃO DE ATENDIMENTO EM PORTO ALEGRE

Ação faz parte do projeto de formação das promotoras legais populares e contará com a participação dessas líderes comunitárias

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DEFENSORIA PÚBLICA DO RS ANUNCIA NOVOS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RS: DEFENSORIA PÚBLICA IMPLANTA FUNCIONALIDADE QUE VAI GERAR ECONOMIA DE RECURSOS PÚBLICOS

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DIÁRIO GAÚCHO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DEFENSORIA PÚBLICA GARANTE QUE DÍVIDAS DE ÁGUA NÃO SEJAM HERDADAS POR NOVOS INQUILINOS

Assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta aconteceu na semana passada no palácio Moinhos Vianna

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

JORNAL A PLATEIA

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RÁDIO FANDANGO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RÁDIO FANDANGO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

JORNAL REPERCUSSÃO PARANHANA

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

JORNAL RS

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RBS TV

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RAFAEL RAPHAELLI

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

A HISTÓRIA DE UM EXAME DE DNA QUE INOCENTOU PRESO POR ESTUPRO

DEZ ANOS APÓS CRIME cometido em Lajeado, no Vale do Taquari, Israel Pacheco, 30 anos, foi absolvido. Defensoria recorreu a Brasília usando prova genética, e STF derrubou condenação

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

JORNAL REPERCUSSÃO PARANHANA

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

JORNAL RS

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RBS TV

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DEFENSORIA PÚBLICA DO RS ANUNCIA NOVOS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RS: DEFENSORIA PÚBLICA IMPLANTA FUNCIONALIDADE QUE VAI GERAR ECONOMIA DE RECURSOS PÚBLICOS

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DIÁRIO GAÚCHO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RAFAEL RAPHAELLI

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DEFENSORIA PÚBLICA DO RS ABRE ESPAÇO PARA NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

JORNAL REPERCUSSÃO PARANHANA

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

JORNAL RS

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RBS TV

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DEFENSORIA PÚBLICA DO RS ANUNCIA NOVOS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RS: DEFENSORIA PÚBLICA IMPLANTA FUNCIONALIDADE QUE VAI GERAR ECONOMIA DE RECURSOS PÚBLICOS

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DIÁRIO GAÚCHO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RAFAEL RAPHAELLI

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DEFENSORIA PÚBLICA DO RS INAUGURA COMARCA PARA TRATAR DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

JORNAL REPERCUSSÃO PARANHANA

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

JORNAL RS

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RBS TV

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DEFENSORIA PÚBLICA DO RS ANUNCIA NOVOS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RS: DEFENSORIA PÚBLICA IMPLANTA FUNCIONALIDADE QUE VAI GERAR ECONOMIA DE RECURSOS PÚBLICOS

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

DIÁRIO GAÚCHO

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

RAFAEL RAPHAELLI

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Defensoria Pública abre espaço para os assistidos dos oito municípios da comarca

Ação da Defensoria Pública ajuda vítima de atropelamento a não perder a perna direita

Moradora do Bairro São Pedro, Gládis Leani Domingues Brum, 48 anos, corria risco de amputação e até de morte e conseguir atendimento em Ijuí

Um caso movido pela Defensoria Pública da Comarca de Santo Ângelo evitou que a dona de casa e moradora do Bairro São Pedro Gládis Leani Domingues Brum, 48 anos, perdesse a perna direita após ter sido atropelada por um caminhão no dia 16 de abril de 2018, na Avenida Ipiranga, zona sul. Ela foi socorrida pelo Samu, submetida a uma cirurgia de emergência no Hospital Santo Ângelo (HSA) e ficou internada por 35 dias, sob risco de amputação do membro e até de morte por infecção generalizada provocada por uma necrose, já que toda a estrutura muscular, ossos e tendões estava exposta, assim recebendo curativos.



Gládis ao lado do esposo Antônio

O sofrimento da paciente, no entanto, não foi atendido e abriu um processo de transferência hospitalar com pedido de tutela provisória de urgência satisfativa em caráter incidental contra o Estado do Rio Grande do Sul. No dia 21 de maio de 2018, a liminar foi atendida pela Juíza de Direito Nina Andrea, do Juizado Especial da Defensoria Pública da Comarca de Santo Ângelo, que determinou o bloqueio judicial de cerca de R\$ 300 mil dos cofres do Governo do Estado do RS, para custear a transferência e tratamento de Gládis. A Constituição Federal é clara no sentido de que a saúde é direito fundamental de qualquer brasileiro, mas na prática temo a convicção de que as pessoas com poucos recursos não recebem o mesmo tratamento que os brasileiros que não estejam na mesma situação, o atendimento fosse mais rápido e eficaz, talvez não houvesse necessidade de tanto dispêndio financeiro. Isso justifica o gasto porque uma vida não tem preço", afirma Menckh Júnior.

O defensor público resalta que desde a Revolução Francesa, de 1789, as Constituições entendem como Direitos Humanos - a saúde, habitação digna, educação, entre outras coisas. "No meu opinião o ideal seria que esses casos não chegassem às ruas da Justiça. Se chegou, é porque houve algum defeito ou falha no atendimento", explica.

O defensor público, mantém contato com o HSA, Hospital de Caridade de Ijuí (HCCI), com autoridades municipais e Estaduais, em especial com o coordenador regional de saúde Yuri Sommer, na tentativa de solucionar o problema e amenizar



PREÇOS EM CONTÊINERS-CELA NO PRESÍDIO DE NOVO HAMBURGO PODEM SER SOLTOS AMANHÃ

BAND RS

Defensoria Pública do RS realiza mutirão de verão em praias da Região Metropolitana

População poderá esclarecer dúvidas jurídicas como processos, questões relativas a endividamento, defesa criminal, entre outras

GAUCHAZH

Defensoria Pública do RS realizou um mutirão de atendimento jurídico em praias da Região Metropolitana de Porto Alegre. O objetivo é oferecer suporte jurídico à população, esclarecendo dúvidas sobre processos, questões relativas a endividamento, defesa criminal, entre outras. O atendimento ocorreu em pontos estratégicos das praias, com a presença de defensores públicos e voluntários. A Defensoria Pública do RS destacou a importância de estar presente onde a população encontra-se, especialmente em áreas de lazer e recreação.



ALEXANDRE BRANDÃO RODRIGUES defensor público



FELIPE KIRCHNER defensor público

RECORD RS

PAULO GERMANO

EREBITOS EMBAIGADOS

"Pode-se buscar uma indenização", diz defensor público sobre sem-teto que teve casinha destruída pela prefeitura

Administração municipal ainda não explicou por que, antes da operação, não avisou o morador de rua nem permitiu que ele pegasse seus documentos.

36/08/2019 - 21h35min Atualizada em 27/08/2019 - 19h00min



Morador de rua, expulso em veículo em frente ao Palácio da Polícia, ontem, após a destruição de sua casinha

Um defensor público afirma que o morador de rua pode buscar uma indenização por danos materiais e morais. Segundo ele, a Prefeitura não avisou o morador de rua nem permitiu que ele pegasse seus documentos antes da operação. O defensor público também afirma que a Prefeitura não forneceu informações suficientes sobre a operação.

ZERO HORA

DIÁRIO DA MANHÃ

Defensoria Pública do RS realizou um mutirão de atendimento jurídico em praias da Região Metropolitana de Porto Alegre. O objetivo é oferecer suporte jurídico à população, esclarecendo dúvidas sobre processos, questões relativas a endividamento, defesa criminal, entre outras. O atendimento ocorreu em pontos estratégicos das praias, com a presença de defensores públicos e voluntários.

JORNAL DAS MISSÕES

DPPA amanhece sem presos do lado de fora

Susepe realizou Operação Cela Vazia em DPs da região

DÉBORÁ ETEL

Depois de muito tempo, o estacionamento no lado de saída da carceragem da Delegacia de Polícia do Rio Grande do Sul (DPPA) amanheceu sem nenhum preso. A operação foi realizada a pedido do Ministério Público Federal (MPF) em parceria com a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (DP/RS).

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

PORTO ALEGRE | ABASTECIMENTO

Quem ficou sem água vai poder pagar em outro mês

DMAE e DEFENSORIA firmam acordo e estudo identificará se houve cobranças indevidas

BIBIANA DHIH bibiana.dhih@tdgaurcha.com.br

Após de confusão sobre o que ocorreria com a conta de água de pessoas afetadas pelo desabastecimento no fim de janeiro nas zonas leste e sul de Porto Alegre, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) e a Defensoria Pública do Estado chegaram ontem a um acordo. Moradores de Lomba do Pinheiro, Agronomia e medicações atingidos pelo problema precisarão pagar a conta de janeiro, mas não agora, mesmo que já tenham recebido a fatura.

O DMAE se compromete a fazer um estudo da leitura dos hidrômetros referentes ao consumo do mês. O objetivo é verificar se houve algum erro, já que moradores reclamam que são cobrados mesmo quando não há abastecimento.

A análise deverá ser feita até 27 de fevereiro. Depois, as contas começarão a ser recobradas. Se houver erro, a fatura será reenviada com correção. Se estiver correta, será mandada com o mesmo valor, sem cobrança de juros, com nova data de vencimento - que pode ser em março ou período posterior. Na prática, os moradores vão receber a fatura em março.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

PORTO ALEGRE | ABASTECIMENTO

Quem ficou sem água vai poder pagar em outro mês

DMAE e DEFENSORIA firmam acordo e estudo identificará se houve cobranças indevidas

BIBIANA DHIH bibiana.dhih@tdgaurcha.com.br

Após de confusão sobre o que ocorreria com a conta de água de pessoas afetadas pelo desabastecimento no fim de janeiro nas zonas leste e sul de Porto Alegre, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) e a Defensoria Pública do Estado chegaram ontem a um acordo. Moradores de Lomba do Pinheiro, Agronomia e medicações atingidos pelo problema precisarão pagar a conta de janeiro, mas não agora, mesmo que já tenham recebido a fatura.

O DMAE se compromete a fazer um estudo da leitura dos hidrômetros referentes ao consumo do mês. O objetivo é verificar se houve algum erro, já que moradores reclamam que são cobrados mesmo quando não há abastecimento.

A análise deverá ser feita até 27 de fevereiro. Depois, as contas começarão a ser recobradas. Se houver erro, a fatura será reenviada com correção. Se estiver correta, será mandada com o mesmo valor, sem cobrança de juros, com nova data de vencimento - que pode ser em março ou período posterior. Na prática, os moradores vão receber a fatura em março.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.



Projeto prevê novas Defensorias Públicas na região

Proposta em tramitação na Assembleia Legislativa pretende concluir instalação do serviço em cinco municípios da Zona Sul em 2020

Por Vinícius Pereira

Cinco municípios da Zona Sul do Estado devem passar a contar até o começo do ano que vem com Defensoria Pública do Estado (DPE). A instalação está prevista em projeto que tramita na Assembleia Legislativa e que tende a ser votado em plenário no retorno do recesso parlamentar, em agosto. Encaminhado ao Legislativo pela própria Defensoria, o projeto de lei 92/2018 indica a necessidade de abertura das estruturas em Arroio Grande,

Pedra Branca, Ijuí, Piratini e Pinheiro Machado. Embora todas elas tenham necessidade do serviço, o caso das três últimas cidades é o mais grave. Assim como outrora se viu com a Defensoria Pública do Estado (DPE), a instalação de um profissional particular disposto a atender "defensores municipais, quando uma pessoa não tem condições de pagar um advogado, não são feitas em todas as cidades. Isso ocorre porque a Defensoria Pública do Estado não tem recursos suficientes para cobrir a presença de defensores em todas as cidades. Isso ocorre porque a Defensoria Pública do Estado não tem recursos suficientes para cobrir a presença de defensores em todas as cidades.

Em face destas ações, a Defensoria tem conversado com o governo em busca de uma solução estrutural, pois, se não forem tomadas medidas, o projeto de lei não poderá ser aprovado. A Defensoria Pública do Estado não tem recursos suficientes para cobrir a presença de defensores em todas as cidades. Isso ocorre porque a Defensoria Pública do Estado não tem recursos suficientes para cobrir a presença de defensores em todas as cidades.

DIÁRIO POPULAR

Defensoria Pública do RS realiza mutirão no Presídio Estadual

Objetivo da Unidade é verificar e estruturar os processos de execução criminal, atendimento aos apenados e também fazer inspeção visual

SOBRADINHO 23/11/2018 11h01

Defensoria Pública do RS realizou um mutirão de atendimento jurídico em presídios estaduais. O objetivo é oferecer suporte jurídico à população, esclarecendo dúvidas sobre processos, questões relativas a endividamento, defesa criminal, entre outras. O atendimento ocorreu em pontos estratégicos dos presídios, com a presença de defensores públicos e voluntários.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

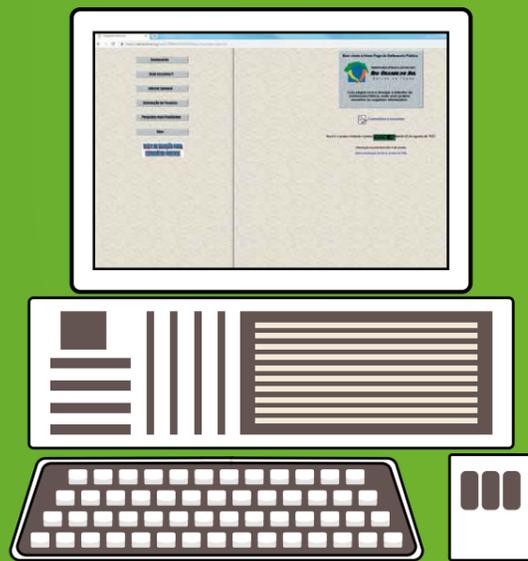
Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

Em dois anos, mais de 300 pedidos da Defensoria Pública do RS foram atendidos. O MPF pediu a liberação dos presos em razão da falta de vagas nas celas. A Defensoria Pública do RS informou que a operação foi realizada com sucesso e que não houve incidentes.

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

SITE INSTITUCIONAL



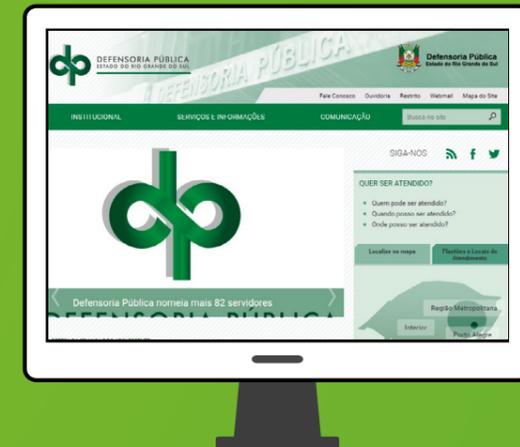
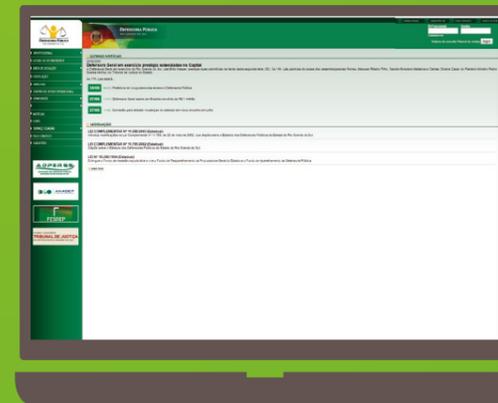
1997



2007



2008



2014



2019

CAPÍTULO 3 GESTÃO ESTRATÉGICA

GESTÃO ESTRATÉGICA

Ao longo de sua trajetória, a Defensoria Pública tem buscado modernizar-se e fortalecer-se para cumprir melhor a cada dia seu papel como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, garantindo acesso à justiça aos cidadãos mais vulneráveis. Assim, a gestão da instituição, com base em uma visão estratégica, considerando o cenário interno e externo, representa importante avanço para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade e consequente fortalecimento institucional.

GOVERNANÇA E GESTÃO

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL (PMI)



PMI
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL
Defensoria Pública RS

Projeto financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se tornou um marco no processo de modernização e fortalecimento institucional em um cenário de escassez de recursos públicos e crescentes demandas da sociedade. As ações do projeto foram organizadas em quatro eixos: Fortalecimento da DPE; Automação e Informatização; Estruturação Física; e Capacitação das Pessoas. Iniciado em 2014, o PMI está em fase final de execução.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (PED) E PLANO DIRETOR DE TI (PDTI)

A elaboração do PED e do PDTI para o período 2016-2021 foi o ponto de partida para projetar, de forma assertiva, situação futura ideal e factível para a instituição, bem como os projetos que precisam ser concretizados para se alcançar os objetivos estratégicos e as metas estabelecidas. O processo também trouxe maior clareza sobre o papel da instituição, a missão e os valores que permeiam o trabalho desenvolvido todos os dias por defensores, servidores e estagiários na Defensoria Pública.



Escritório de Gestão Estratégica

Instituído e estruturado com a finalidade de garantir a gestão da estratégia, assegurando o alinhamento das ações ao Planejamento Estratégico, o controle e o monitoramento dos projetos estratégicos e das metas institucionais, bem como a implementação da gestão de projetos e de processos. Esta unidade é vinculada ao Gabinete do Defensor Público-Geral.

MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO – GESPÚBLICA

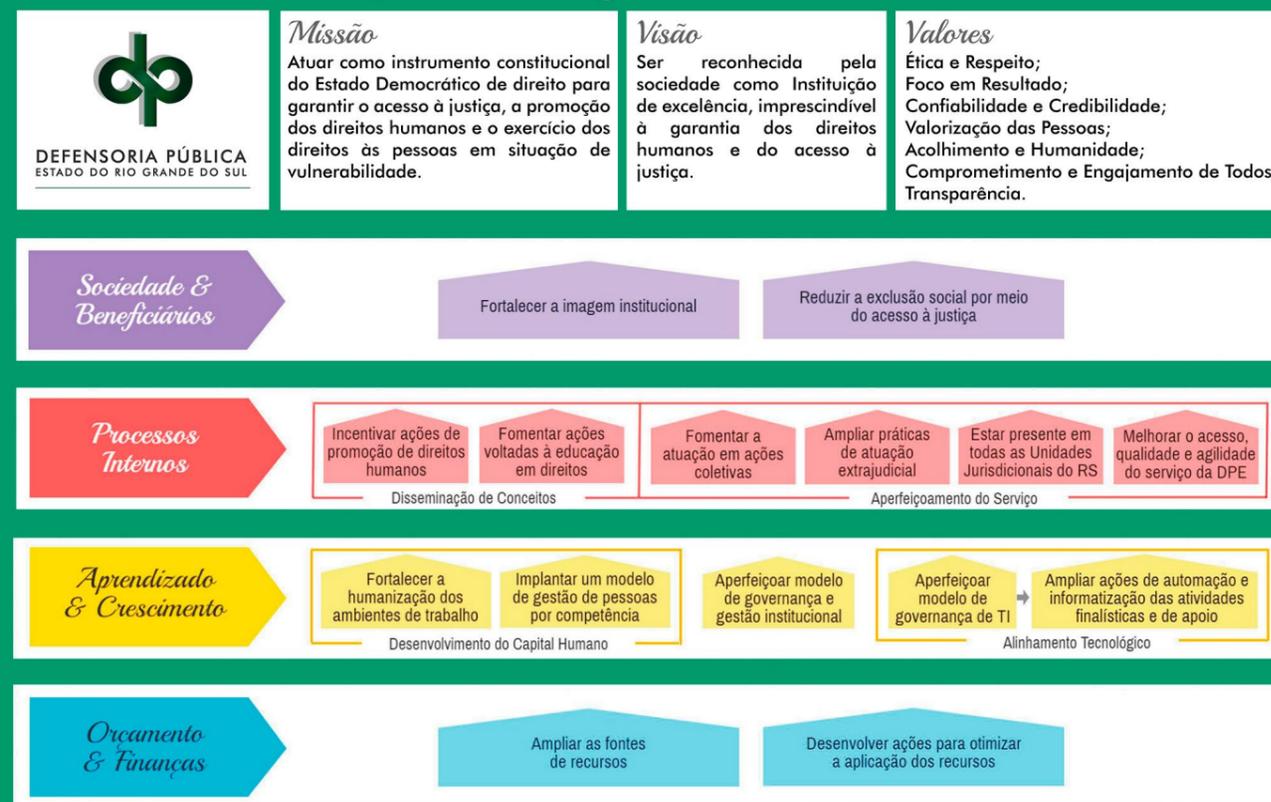
A Defensoria Pública aderiu ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) como ferramenta para a transformação gerencial rumo à excelência e recebeu sua primeira certificação de reconhecimento da gestão em 2019. O modelo adotado prevê um processo de melhoria contínua, a partir da identificação e do tratamento de oportunidades de melhoria e da implementação de ciclos de avaliação e aperfeiçoamento de seus sistemas de gestão.



EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA

A gestão estratégica contempla a formulação, implementação e monitoramento da estratégia em ciclos sucessivos de aprendizado e evolução. A Defensoria Pública adotou um modelo de acompanhamento da execução dos projetos, objetivos, indicadores e metas, com vistas a controlar o desempenho e corrigir rumos, quando necessário. Garantir a execução e o monitoramento periódico do Planejamento Estratégico e do Plano Diretor de TI é uma das atribuições do Escritório de Gestão Estratégica.

Mapa Estratégico 2016 - 2021



SISTEMAS E INFRAESTRUTURA DE TI

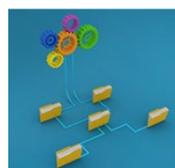
INTEGRAÇÃO DO PORTAL DA DEFENSORIA COM O EPROC

Tendo em vista a adoção em definitivo pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul do sistema eproc como seu processo eletrônico e a continuidade da otimização das atividades realizadas pela área-fim, a Defensoria Pública focou na busca da plena integração do Portal da Defensoria, por meio de interoperabilidade com o sistema eproc. Atividades foram desenvolvidas para que as rotinas de trabalho dos defensores, servidores e estagiários fossem agilizadas, sendo hoje possível o peticionamento inicial, intermediário, intimações e acompanhamento processual dos feitos em que a Defensoria Pública atua pelo sistema próprio da instituição. Acrescenta-se que a Defensoria Pública é hoje a instituição, dentre aquelas do sistema de justiça, que detém a maior integração de um portal próprio com o sistema eproc.

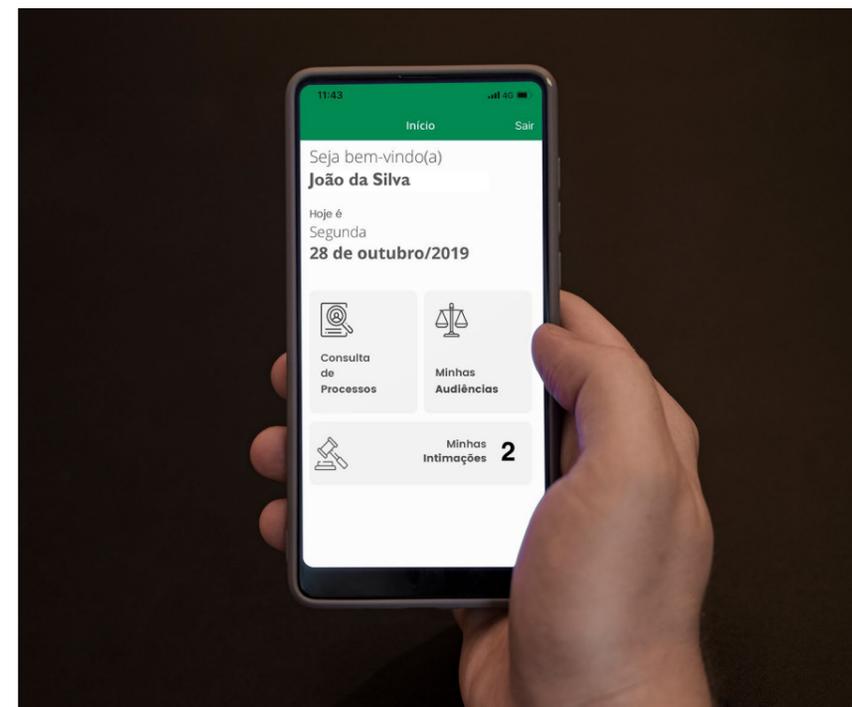
NOVOS SERVIDORES DE REDE

Foram adquiridos 35 novos servidores de rede, os quais começaram a ser instalados em fevereiro deste ano em diversas unidades do estado. A substituição dos equipamentos é necessária porque muitos servidores estão funcionando perto do limite de sua capacidade máxima de utilização e desempenho ou prestes a ser descontinuados, causando paralisações e limitações de uso que prejudicam a atuação da instituição. A substituição aumentará a disponibilidade, capacidade e segurança dos dados, facilitando a expansão e melhoria dos serviços da área de Tecnologia da Informação. A previsão é de que todos os novos servidores sejam instalados até o fim de 2019.

GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS



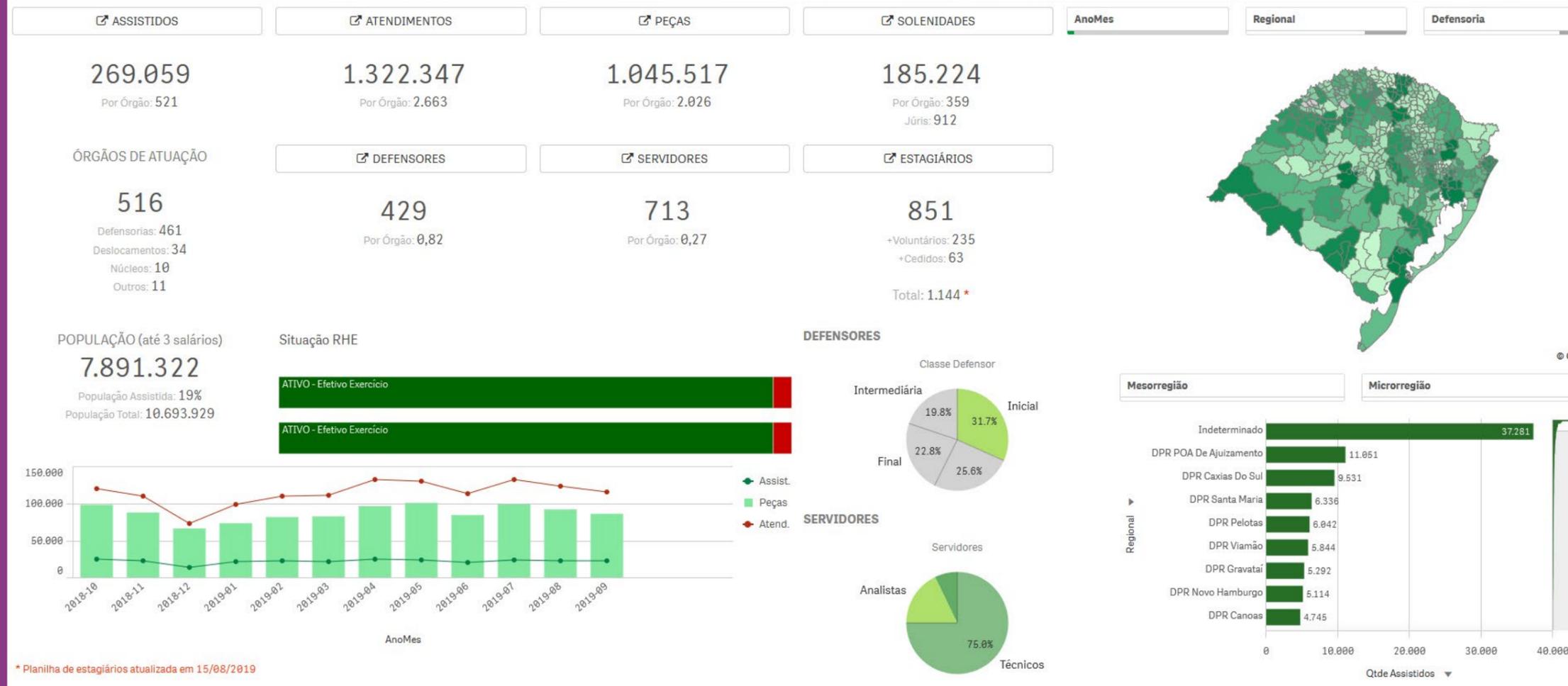
Com foco no armazenamento, classificação, busca e recuperação de documentos digitais da área-meio, a Defensoria Pública está adotando a solução de armazenamento e gestão de documentos eletrônicos Orquestra ECM (Enterprise Content Management) e elaborando um Programa de Gestão Documental. O projeto inclui plano de classificação, tabela de temporalidade, manuais de geração, gestão, preservação e conservação de documentos, além de capacitação dos usuários. O objetivo é reduzir a impressão de documentos, padronizar a classificação e guarda, agilizar o acesso e tramitação internos e garantir a segurança das informações armazenadas.



APLICATIVO DPE/RS DIGITAL

Disponibilizado para telefones Android e iOS, o aplicativo visa a agilizar e facilitar a rotina de trabalho dos defensores públicos. É possível consultar processos por nome da parte e por número de processo do eproc e acessar todos os documentos associados ao respectivo processo. Podem ser acessadas e editadas as audiências do dia e futuras, bem como a movimentação processual das audiências em que o número do processo foi informado. As intimações são exibidas em uma lista com todos os processos eletrônicos pendentes, inclusive quando o usuário estiver offline.

Dashboard



BUSINESS INTELLIGENCE (BI)

O BI é uma ferramenta de gestão que subsidia a Administração Superior para tomada de decisões por meio de dados agrupados e consolidados dos sistemas utilizados pela instituição, principalmente o Portal da Defensoria, o RHE (Recursos Humanos do Estado) e o FPE (Finanças Públicas do Estado). No último ano, foram desenvolvidos painéis para a gestão financeira e orçamentária, incluindo controle de ativos imobilizados e de custos por unidade ou área da instituição. Também foi desenvolvido um painel para acompanhar a evolução dos indicadores estratégicos e outro para analisar e gerenciar as atividades desenvolvidas nas Defensorias Públicas e o quadro de pessoal.

INFRAESTRUTURA FÍSICA

SUBESTAÇÃO DE ENERGIA

Foi construída a nova subestação de energia automatizada do prédio-sede da Defensoria Pública, com capacidade de 675KVA e dispendo de duas entradas automáticas e três transformadores de energia, assegurando que, em caso de falta de energia elétrica em uma das entradas, a outra passe a funcionar. A redução nas interrupções de energia elétrica no prédio-sede garante a disponibilidade dos sistemas da instituição e, conseqüentemente, a continuidade dos serviços à população em todo o Estado. Além disso, a nova subestação trouxe significativa economia de custos com energia elétrica e com manutenções preventivas e corretivas.



SALA SEGURA

Está em construção a Sala Segura da Defensoria Pública no 5º andar do prédio-sede, com previsão de conclusão até o final de 2019. O novo ambiente contará com mecanismos de climatização, energia, iluminação, cabeamento e segurança específicos para armazenamento dos equipamentos de informática. Haverá também sistemas de *nobreaks* e geradores, o que reduzirá significativamente a indisponibilidade nos sistemas em função de eventuais interrupções no fornecimento de energia elétrica. O objetivo é garantir o provimento dos sistemas da instituição, a segurança dos dados e a continuidade da prestação dos serviços à população.

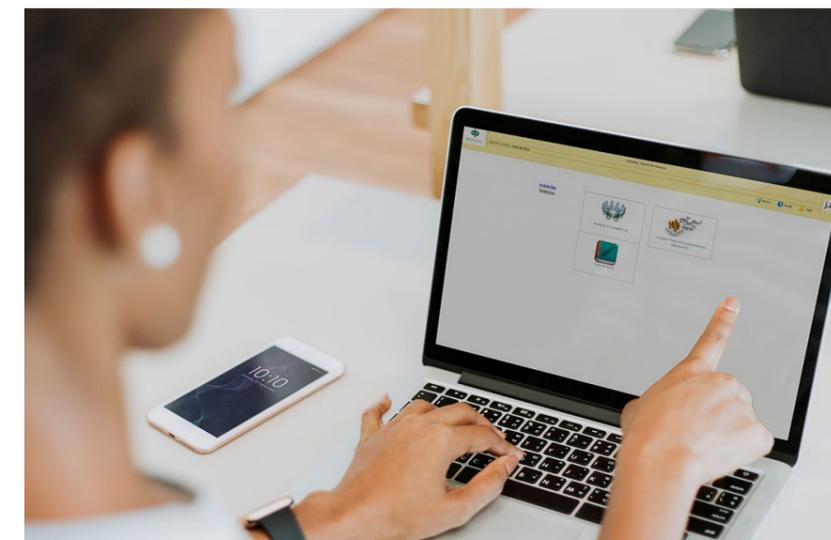
REFORMA INTERNA DO PRÉDIO-SEDE

Está em execução a reforma interna da área administrativa do prédio-sede (3º ao 11º andar), último projeto financiado com recursos do PMI (Projeto de Modernização Institucional). O projeto abrange reforma estrutural das redes elétrica, lógica e de água e esgoto, climatização, iluminação, sinalização visual e acessibilidade, além da instalação de todos os itens obrigatórios de proteção contra incêndio. As novas instalações proporcionarão maior conforto e segurança às pessoas que trabalham e circulam no prédio-sede, bem como economicidade e sustentabilidade.

GESTÃO DE PESSOAS

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

O projeto de Gestão por Competências da Defensoria Pública foi iniciado com a descrição de cargos e funções dos servidores e o mapeamento das respectivas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes). Na sequência, foi adquirido um sistema que faz o cruzamento destes dados com as competências já desenvolvidas pelo servidor e identifica lacunas para elaboração de um Plano de Capacitação Continuada. O processo é todo conduzido pelo gestor imediato do servidor, aprimorando o diálogo, trazendo maior clareza sobre o papel de cada um na instituição e promovendo a qualificação individual e das equipes. O modelo está sendo implantado na área administrativa, com previsão de implantação futura nas Defensorias Regionais.



GESTÃO DA EFETIVIDADE

Com o objetivo de modernizar e facilitar o registro de frequência em todas as unidades da Defensoria Pública, foi instalado um novo sistema de ponto eletrônico. No prédio-sede, o registro é feito em um relógio biométrico e, nas demais unidades, por meio do login do servidor à rede. Garantindo maior precisão e transparência, o sistema permite que servidor e gestor tenham acesso ao espelho ponto em tempo real, acompanhando e ajustando o que for necessário. Outra vantagem é a eliminação da impressão do registro de frequência e o envio por malote, trazendo economia e alinhamento com as práticas de sustentabilidade já adotadas pela instituição.



REUNIÕES ADMINISTRATIVAS COM DIRETORES REGIONAIS

Consolidando a sistemática de reuniões periódicas com os diretores regionais, foram realizadas duas reuniões administrativas com temas relacionados à gestão de pessoas, troca de informações e esclarecimento de dúvidas. No primeiro encontro, foi disponibilizada a última versão do Manual de Orientação para a Gestão das Diretorias Regionais, documento que estabelece desde as atribuições dos diretores regionais até os fluxos e procedimentos necessários para a gestão das pessoas e das unidades. Com foco na capacitação das lideranças, a segunda reunião contou com a palestra "Os desafios e responsabilidades do Gestor Público na atualidade", proferida pelo auditor público e diretor da Escola Superior de Gestão e Controle do TCE/RS, Sandro Bergue.

EVOLUÇÃO DE PESSOAS



DEFENSORIA ITINERANTE

Garantir o acesso à justiça e prestar orientação jurídica aos cidadãos mais vulneráveis, que não possuem condições de deslocamento até alguma sede da Defensoria Pública, são os objetivos da Defensoria Itinerante, programa que visita bairros e cidades de difícil acesso do Rio Grande do Sul. Com a finalidade de estar mais próxima da população carente e atendê-la em seus direitos, a DPE disponibiliza unidades móveis, que circulam por diversos locais, atendendo aos mais necessitados.

No período, foram realizados 68 mutirões, entre mutirões de orientação jurídica, atendimento, educação em direitos, temáticos (datas comemorativas) e pelos projetos "Themis" e "Defensoria nas Comunidades". Além disso, foi realizada ação na Expointer com estimativa de público de **20 mil pessoas**.

Belém Novo, Capão da Canoa, Cassino, Cidreira, Dom Pedro, Esteio, Guaíba, Imbé, Laranjal, Montenegro, Palmeira das Missões, Pinhal, Santa Rosa, São Lourenço do Sul, Sobradinho, Torres e 10 bairros de Porto Alegre foram os locais visitados.



Foram realizados **11 mutirões a mais** do que no mesmo período do ano passado.



AÇÃO	FORMA	MUTIRÕES	PESSOAS BENEFICIADAS
Temporada de Verão	Orientação Jurídica e Educação em Direitos	12	380
Regularização Fundiária (moradia)	Atendimento, Ajuizamento, Orientação Jurídica e Educação em Direitos	12	566
Projeto Defensoria nas Comunidades	Atendimento, Ajuizamento, Orientação Jurídica e Educação em Direitos	14	276
Temáticos (datas comemorativas)	Orientação Jurídica e Educação em Direitos	20	1.529
Projeto Themis	Atendimento, Ajuizamento, Orientação Jurídica e Educação em Direitos	5	94
Execução Penal	Atendimento	5	729
TOTAL		68	3.578



DEFENSORIA ITINERANTE NO SISTEMA PRISIONAL (DISP)

O programa "Defensoria Itinerante no Sistema Prisional" (Disp) tem como objetivo verificar a situação estrutural dos presídios, revisar a situação dos processos de execução criminal (PECs) e buscar reduzir a superlotação das casas prisionais colaborando com a diminuição da crise na segurança pública. Por meio de mutirões para inspeção nas casas prisionais, a iniciativa se configura como uma missão de justiça nos presídios. A Defensoria Pública tem atribuição de fiscalizar o cumprimento da Lei de Execução Penal, sendo o grande montante dos privados de liberdade do estado atendidos pela instituição. No período do relatório anual, ocorreram quatro mutirões de atendimento e orientação jurídica nas cidades de Canoas, Santa Rosa, Palmeiras das Missões e Sobradinho.

PRESÍDIO ESTADUAL DE SOBRADINHO (22 E 23 DE NOVEMBRO DE 2018)

Progressão de regime	12
Livramento condicional	3
Remição de pena	12
Prisão domiciliar	1
Detração	4
Retificação de guia	5
Pecúlio	2
Transferência	8
Monitoramento eletrônico	7
Saídas temporárias	2
Outros pedidos	20
Total de pedidos	76
Sem pedido formulado	23
<i>Habeas Corpus</i>	1
Pedido de liberdade provisória	3
Análise da prisão preventiva decretada	15
Total de atendimentos	134



COMPLEXO PRISIONAL DE CANOAS (21 DE FEVEREIRO DE 2019)

Foram inspecionadas as acomodações, o sistema de visitas e banho de sol, a promoção de assistência à saúde, o tratamento penal, o contingente de servidores, o PPCI e analisada a situação geral do sistema prisional no Complexo, provocando providências, sugestões e recomendações para melhorias.



PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTA ROSA (24 E 25 DE ABRIL DE 2019)

Progressão de regime	9
Livramento condicional	1
Remição de pena	24
Prisão domiciliar	9
Detração	7
Retificação da GEP	10
Pecúlio	1
Transferência	14
Monitoramento eletrônico	1
Saídas temporárias	3
Indulto/comutação	3
Unificação de penas	2
Remoção ao regime de origem	6
Outros pedidos	28
Pedido de liberdade provisória	11
Total de pedidos	129
Total de atendimentos	247

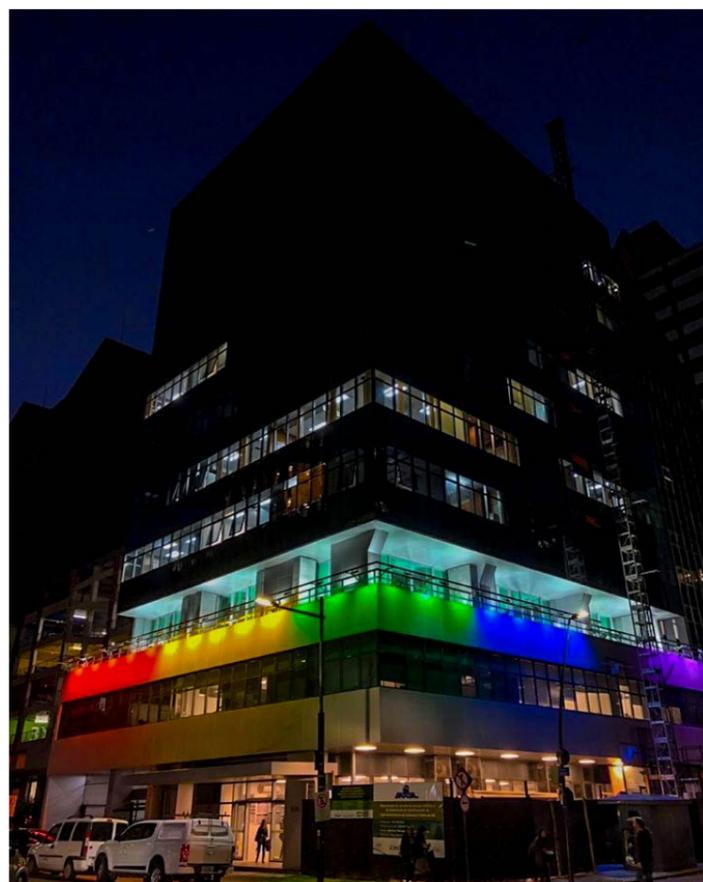


PRESÍDIO ESTADUAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES (11 DE JULHO DE 2019)

Progressão de regime	2
Livramento condicional	6
Remição de pena	13
Prisão domiciliar	4
Detração	3
Retificação da GEP	10
Transferência	20
Unificação de penas	1
Outros pedidos	17
Total de pedidos	76
Total de atendimentos	143



AÇÕES INSTITUCIONAIS EM DESTAQUE



PRÉDIO-SEDE É ILUMINADO PARA APOIAR CAMPANHAS

Para apoiar causas e campanhas, desde maio de 2019, o prédio-sede da Defensoria Pública passou a contar com um projeto de iluminação. No mês de maio, a cor verde foi escolhida para celebrar o Dia Nacional da Defensora e do Defensor Público. O prédio-sede também já esteve iluminado com as cores do arco-íris para celebrar o mês do orgulho LGBTQ+, de laranja e amarelo, para marcar o mês da conscientização sobre Esclerose Múltipla e da Amamentação, já foi iluminado nas cores das bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul, durante a Semana da Pátria e da Semana Farroupilha, respectivamente, de amarelo, para conscientização sobre o suicídio, e nos tons de rosa e de azul para apoiar as causas do Outubro Rosa e do Novembro Azul, que tratam da conscientização sobre o câncer de mama e câncer de próstata, respectivamente.

DEFENSORIA PÚBLICA CELEBRA RELAÇÃO DE TROCA E APRENDIZADO NO DIA NACIONAL DO ESTAGIÁRIO



Para valorizar a importante força de trabalho e parte vital do funcionamento e crescimento da Defensoria Pública, foi realizada campanha visando a celebrar a importância do estagiário. Atualmente, a instituição conta com 863 estagiários. Em agosto, foi promovida a Semana do Estagiário, com publicação de fotos de estudantes de diversas unidades da Defensoria Pública, no interior e na capital, nas redes sociais da instituição. O objetivo da ação atendeu à finalidade de parabenizar e agradecer a todos os estagiários pela dedicação diária.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (CPAI)



Instituída pela Resolução DPGE nº 06/2019, em março de 2019, a CPAI nasceu da necessidade de um olhar mais humanizado para as demandas relacionadas às pessoas com deficiência, sejam elas oriundas de servidores e defensores ou dos assistidos. O caráter multidisciplinar e a composição diversa da Comissão, que conta com a participação de servidores com diferentes deficiências, são fatores determinantes para a qualificação do trabalho produzido. As reuniões ocorrem mensalmente, com o intuito de discutir demandas, planejar estratégias, implementar ações e avaliar o andamento das atividades propostas.

A fim de identificar as demandas de servidores e defensores com deficiência que ingressam na instituição, desenvolveu-se uma metodologia de ingresso, tendo sido realizadas 35 entrevistas individuais entre fevereiro de 2018 e outubro de 2019. Foram atendidas demandas individuais de servidores e defensores com deficiência, as quais implicaram em adaptações personalizadas.

Em parceria com a Usbe, está em andamento a campanha de recadastramento das pessoas com deficiência que trabalham na instituição, com o intuito de coletar e sistematizar dados que permitam

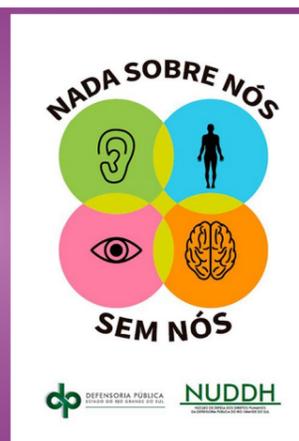
a identificação e a eliminação de barreiras que ainda impedem a efetiva participação das PCDs na instituição. As informações coletadas auxiliam na formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas institucionais para a pessoa com deficiência.

Em agosto de 2019, o trabalho da CPAI foi apresentado no III Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar nas Defensorias Públicas, promovido pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, fomentando o tema e disseminando conteúdo ainda pouco visibilizado.

Com objetivo de qualificar o atendimento aos usuários com deficiência, produziu-se uma pesquisa interna, cujo objetivo foi a identificação das principais necessidades e dificuldades no atendimento a este grupo social. A CPAI tem buscado realizar convênios com instituições que possam fornecer apoio técnico para as atividades institucionais relacionadas a este público. Ainda que a criação de um ambiente organizacional e uma sociedade livre do capacitismo seja um grande desafio, a CPAI tem trabalhado no sentido de criar uma cultura institucional mais inclusiva e sem barreiras atitudinais.



O início das atividades da CPAI foi marcado pelo evento "Diversidade e Inclusão Social", realizado em parceria com o NUDDH, em abril de 2019. Na oportunidade, foi lançada a cartilha "Nada sobre nós sem nós", primeiro documento elaborado internamente com o objetivo de visibilizar a pauta e sensibilizar a instituição para a temática.



UNIDADE DE SAÚDE E BEM-ESTAR (USBE)

A manutenção de um atendimento de excelência à população em vulnerabilidade depende da manutenção do bem-estar de todos os trabalhadores. Pessoas felizes no trabalho são, em média, 31% mais produtivas e três vezes mais criativas, segundo pesquisa realizada pela Universidade da Califórnia. Nesse contexto, surgiu a Unidade de Saúde e Bem-Estar da Defensoria (Usbe), com o propósito de proporcionar práticas de saúde e bem-estar aos defensores, servidores e estagiários que exercem essa função social, a fim de promover aumento da qualidade de vida no ambiente de trabalho, gerando resultados ainda melhores em prol da população que se beneficia dos serviços essenciais prestados pela instituição.

Ações realizadas no período:

• Dia do Desafio: campanha mundial de incentivo à prática de atividade física e esportes, realizada sempre na última quarta-feira do mês de maio.



Defensores, servidores e estagiários do prédio-sede da Defensoria Pública participaram da caminhada orientada, em Porto Alegre. Os colaboradores saíram da Sede em direção à Usina do Gasômetro e foram até a Rótula das Cuias.

• Canal de Ideias: surgiu com a proposta de convidar defensores, servidores e estagiários a criar propostas inovadoras que façam a Defensoria cada vez melhor.

• Festa Julina com o lançamento da Banda da DPE.

• Pesquisa de Saúde Psicológica, a partir de convênio com a Universidade de Quebec e a UFCSPA.

• Evento "Diversidade e Inclusão Social".

DEFENSORIA PÚBLICA: 25 ANOS DE CIDADANIA E ACESSO À JUSTIÇA

Para celebrar os 25 anos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), comemorados no dia 19 de maio de 2019, a instituição homenageou autoridades que prestaram – e ainda prestam – relevantes serviços à instituição e que contribuíram para seu desenvolvimento e autonomia, com a outorga da medalha “Defensoria Pública 25 anos”.

EX-DEFENSORES PÚBLICOS-GERAIS RECEBEM DISTINÇÃO

Entre os agraciados que receberam a medalha estão os ex-defensores públicos-gerais Cleomir de Oliveira Carrão - *in memoriam*, por meio do seu sobrinho Paulo Spannenberg (gestão 1994), Maria da Glória Schilling de Almeida (gestão 1995/1998); Carlos Frederico Barcellos Guazzelli (gestão 1999/2002); Luiz Alfredo Schütz (gestão 2003/2006); Maria de Fátima Záchia Paludo (gestão 2006/2010); e Nilton Leonel Arnecke Maria (gestão 2012/2016). O defensor público-geral, Cristiano Vieira Heerdt, (gestão 2016/2020) também recebeu a honraria.



Crédito: Adpergs
Cristiano Vieira Heerdt (defensor público-geral do estado), Paulo Spannenberg (sobrinho da ex-defensora pública-geral Cleomir de Oliveira Carrão) e Juliana Coelho de Lavigne (presidente da Adpergs)



Crédito: Schirmer Fotografia
Ex-defensora pública-geral Maria de Fátima Záchia Paludo, Cristiano Vieira Heerdt (defensor público-geral do estado), ex-defensora pública-geral Maria da Glória Schilling de Almeida e ex-defensor público-geral Nilton Leonel Arnecke Maria



Membros da Administração Superior da DPE/RS com o ex-defensor público-geral Carlos Frederico Guazzelli



Membros da Administração Superior da DPE/RS com o ex-defensor público-geral Luiz Alfredo Schütz

EXPOSIÇÃO “DEFENSORIA PÚBLICA: 25 ANOS DE ACESSO À JUSTIÇA”



Relembrar a história, os desafios, os avanços e valorizar todos aqueles que fizeram parte do primeiro quarto de século da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) é o mote da exposição “Defensoria Pública: 25 anos de Acesso à Justiça”. 12 painéis informativos e atrativos contam a evolução institucional, estrutural, tecnológica e de gestão que viveu a instituição considerada de confiança dos gaúchos. A exposição teve caráter itinerante e iniciou na Assembleia Legislativa, passou pelo Teatro da PUCRS, local em que ocorreu o seminário da Defensoria Pública para defensores e servidores da instituição, foi exposta na Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos (Adpergs), no prédio-sede da instituição e em Gramado, quando ocorreu o XXI Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos.

EX-GOVERNADORES TAMBÉM RECEBERAM A MEDALHA “DEFENSORIA PÚBLICA 25 ANOS”

A medalha “Defensoria Pública 25 anos” também foi entregue como homenagem aos ex-governadores do estado Jair Soares (1983/1986), Pedro Simon (1987/1990), Alceu Collares (1991/1994); Olívio Dutra (1999/2002); Yeda Crusius (2007/2010); Tarso Genro (2011/2014); e José Ivo Sartori (2015/2018), além do atual governador, Eduardo Leite (2019-2022).



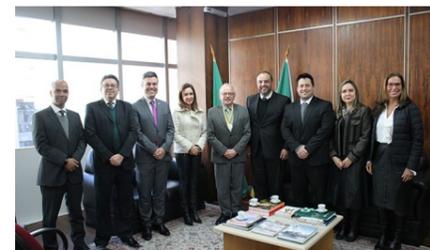
Crédito: Schirmer Fotografia
Ex-governador Pedro Simon, Juliana Coelho de Lavigne (presidente da Adpergs), ex-governador Jair Soares, Cristiano Vieira Heerdt (defensor público-geral do estado) e ex-governador Olívio Dutra



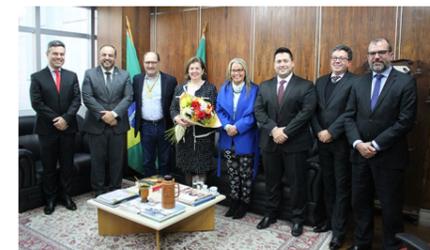
Membros da Administração Superior da DPE/RS com o ex-governador Alceu Collares



Cristiano Vieira Heerdt (defensor público-geral do estado) com a ex-governadora Yeda Crusius



Membros da Administração Superior da DPE/RS com o ex-governador Tarso Genro



Membros da Administração Superior da DPE/RS com o ex-governador José Ivo Sartori



Cristiano Vieira Heerdt (defensor público-geral do estado) com o governador do estado Eduardo Leite

DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES RECEBEM HOMENAGEM E MEDALHA DE VALORIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO



O mês de maio foi marcado pelo aniversário de 25 anos da DPE/RS. De forma inédita, defensores públicos e servidores comemoraram juntos o aniversário da instituição em evento realizado no Teatro da PUCRS. O seminário “Defensoria Pública: 25 anos de Acesso à Justiça e Cidadania”, contou com palestras e apresentações, com o objetivo de celebrar o primeiro quarto de século de atuação do órgão. Na ocasião, a Defensoria Pública prestou homenagem a defensores públicos e servidores por seu tempo de serviço. Foram entregues medalhas de valorização por tempo de serviço a defensores públicos que completaram 10, 15, 20 e 25 anos de casa e para os servidores que completaram 5, 10, 15, 20 e 25 anos de tempo de serviço na instituição.

CHEFES DE PODER TAMBÉM RECEBERAM A HONRARIA

O presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Eduardo Zietlow Duro (gestão 2018/2019), o procurador-geral de justiça, Fabiano Dallazen (gestão 2019/2021), o presidente do Tribunal de Justiça Militar, Paulo Roberto Mendes Rodrigues (gestão 2018/2020), o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Iradir Pietroski (gestão 2018/2019), e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Luís Augusto Lara (gestão 2019), também foram agraciados com a medalha “Defensoria Pública 25 anos”.



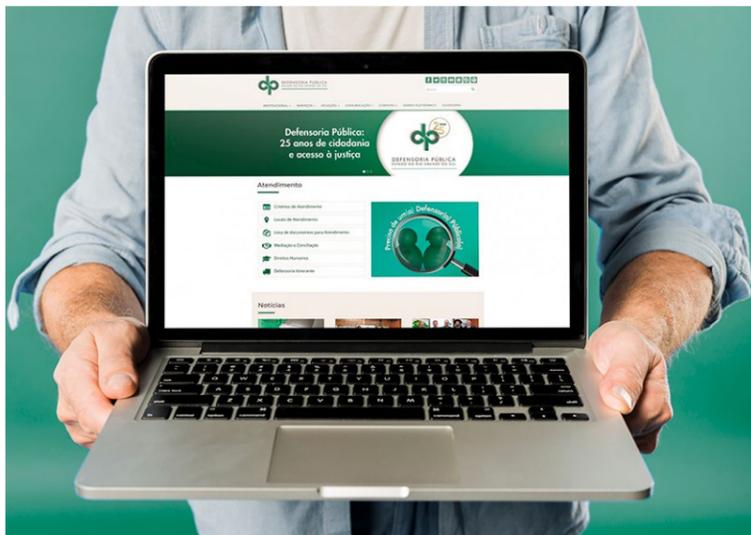
Crédito: Schirmer Fotografia
Juliana Coelho de Lavigne (presidente da Adpergs), Carlos Eduardo Zietlow Duro (presidente do TJ/RS), Cristiano Vieira Heerdt (defensor público-geral do estado), Fabiano Dallazen (procurador-geral de justiça do MP/RS) e Paulo Roberto Mendes Rodrigues (presidente do TJM/RS)



Cristiano Vieira Heerdt (defensor público-geral do estado) e Iradir Pietroski (presidente do TCE/RS)



Cristiano Vieira Heerdt (defensor público-geral do estado) e Luís Augusto Lara (presidente da ALERGS)



LANÇADO NOVO SITE

Como parte das ações para celebrar os 25 anos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o novo site institucional foi lançado no mês de maio de 2019. Mais leve, com mais recursos, melhor ergonomia de navegação e acessível, o novo site (www.defensoria.rs.def.br) foi repaginado para melhorar a experiência do cidadão gaúcho na busca pelos serviços prestados pela instituição e garantir o acesso à justiça. O novo site é responsivo, ou seja, adapta-se a qualquer tela, seja de computador, *tablet* ou *smartphone*, garantindo visibilidade e usabilidade na visita. Há informações sobre critérios de atendimento, locais de atendimento, lista dos documentos necessários para o primeiro atendimento e dos documentos para atendimentos específicos, as principais áreas de atuação e os principais serviços e a agenda de mutirões do programa "Defensoria Itinerante".

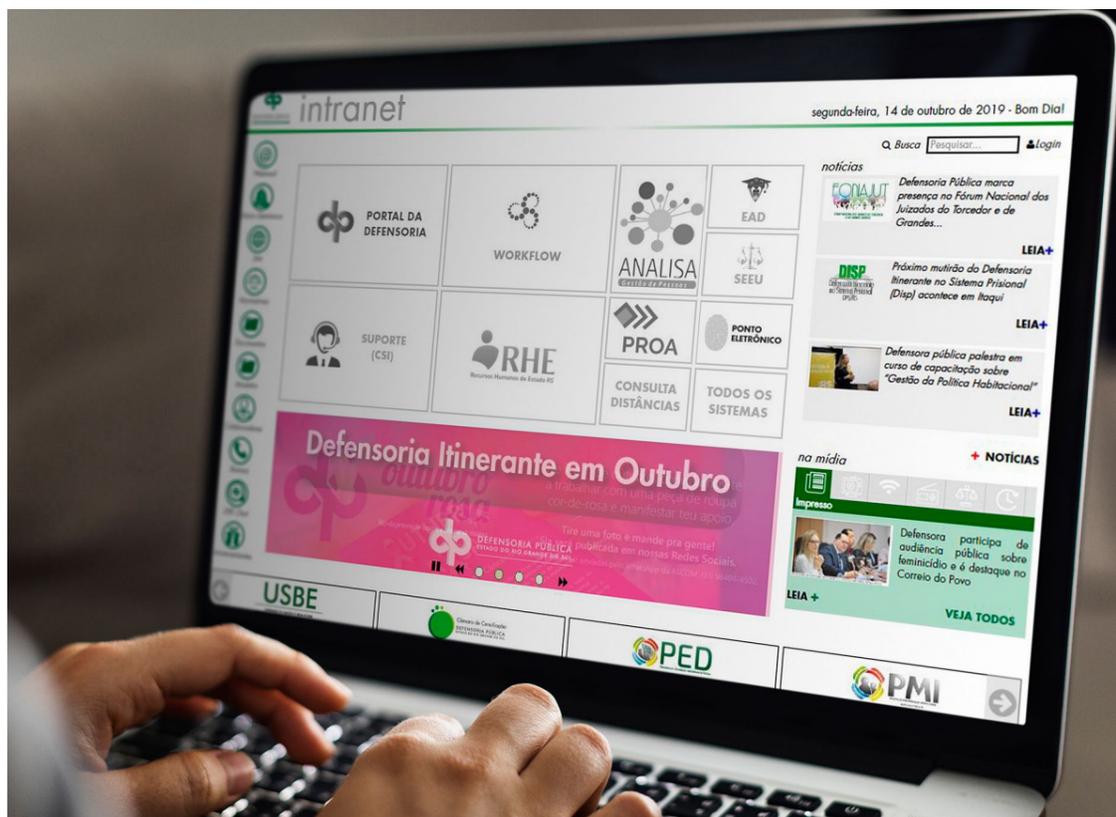
CARTA DE SERVIÇOS É LANÇADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA



No dia 1º de janeiro de 2019, a Defensoria Pública passou a disponibilizar a Carta de Serviços ao Usuário – documento que tem por objetivo informar os serviços prestados pela instituição e demais conteúdos de interesse público. O material compila dados referentes ao funcionamento da Defensoria Pública e é uma ferramenta que visa à ampliação do acesso dos cidadãos à entidade. O usuário encontra informações sobre o papel da instituição, sua estrutura organizacional e institucional, quem são os defensores públicos e quais as suas atribuições, os documentos necessários para o atendimento e os âmbitos de atuação jurídica da instituição – direito do consumidor, família, cível, moradia, saúde, defesa da mulher, defesa dos direitos humanos, defesa criminal, defesa da criança e do adolescente. A Carta de Serviços atende ao Decreto nº 6.932/2009 e à Lei nº 13.460/2017.

FUNCIONAL, MODERNA E ÚTIL: NOVA INTRANET DA DEFENSORIA PÚBLICA AGREGA SERVIÇOS E INFORMAÇÕES

Otimizar a experiência e tornar o principal canal de comunicação interna da Defensoria Pública uma ferramenta útil e relevante para a rotina: esse foi o objetivo da nova intranet, lançada em dezembro de 2018. O projeto priorizou o senso de utilidade. A área de sistemas é o grande destaque, que está a um clique de utilização. A mudança de *layout* foi perceptível: além de estar mais limpo, a proposta foi focar em serviços. Um menu lateral foi criado com novas ferramentas para facilitar o dia a dia, contendo modelos de documentos. As notícias estão visíveis ao lado direito da tela e, logo abaixo, a clipagem. Os projetos e ações da Defensoria podem ser visualizados em *banners* de grande e pequeno porte. Ficou muito mais fácil encontrar as resoluções e/ou as ordens de serviço que se está procurando com o novo campo de busca. Esse recurso também está no novo campo Colaboradores, Diário Eletrônico, nas notícias, nos ramais, nos modelos e no campo superior da intranet. Para tornar a intranet um canal que vai além da informação, criou-se a seção "Histórias de Quem Faz a Defensoria", espaço para contar curiosidades, casos de superação e de entretenimento de defensores, servidores e estagiários.

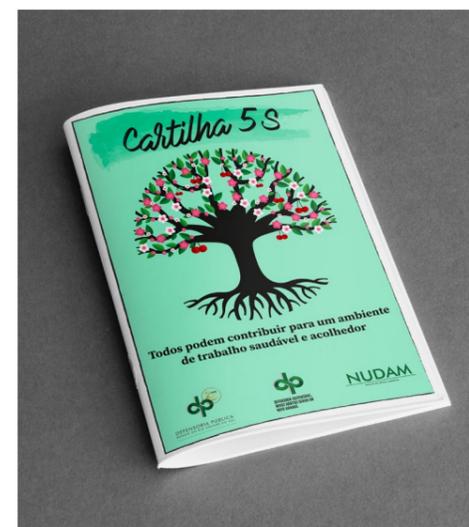


PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA E DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Com foco na percepção da sociedade sobre a atuação da Defensoria Pública, está em andamento a 2ª Pesquisa de Opinião Pública para mensurar o grau de confiança e o conhecimento da população sobre as atividades desempenhadas pela instituição. Em paralelo, está sendo realizada a 1ª Pesquisa de Satisfação dos Usuários para apurar o nível de satisfação das pessoas com o atendimento prestado pela Defensoria Pública. Os resultados das pesquisas permitirão a identificação de oportunidades de melhoria dos serviços prestados e de aperfeiçoamento dos canais de comunicação com a sociedade.

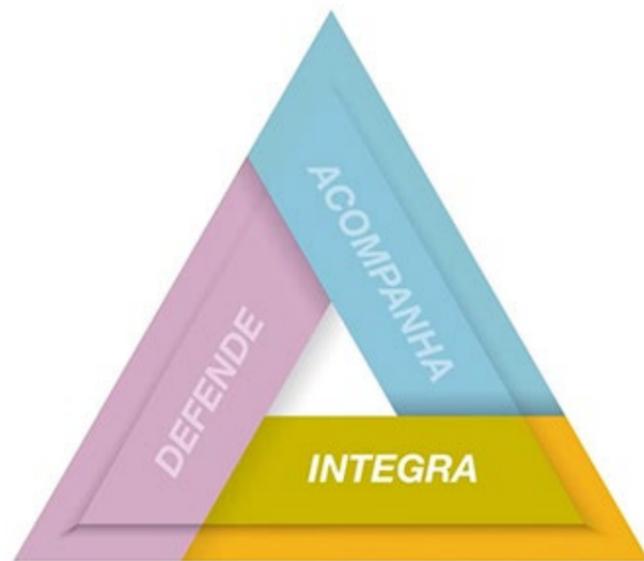


COMISSÃO SUSTENTÁVEL DA DPE/RS LANÇA A CARTILHA 5S



No dia 5 de junho é comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente e, para celebrar a data, a Comissão Sustentável da Defensoria Pública e o Núcleo de Defesa Ambiental lançaram a cartilha 5S, que tem por objetivo apresentar esta metodologia desenvolvida no Japão, que visa à melhoria do ambiente de trabalho e da produtividade por meio de mudanças comportamentais, gerando locais agradáveis, sustentáveis e adequados às atividades. A publicação proporciona conteúdos práticos a defensores, servidores, estagiários e à comunidade em geral sobre como introduzir na rotina e tornar hábito os cinco sentidos: *Seiri* (Utilização), *Seiton* (Organização), *Seiso* (Limpeza), *Seiketsu* (Conservação) e *Shitsuke* (Autodisciplina). A proposta de implantação do Programa 5S na Defensoria Pública tem como objetivo mostrar que todos podem contribuir com ações diversas, com comprometimento, buscando o sucesso não só profissional, mas também pessoal e humano.

LANÇAMENTO DA CAMPANHA “DEFENDER É PREVENIR”



Como órgão público de defesa dos interesses individuais e coletivos, é dever da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) contribuir para uma sociedade mais justa e menos violenta, buscando todas as alternativas possíveis para isso. Entre elas, está a defesa criminal. Como forma de divulgar o trabalho realizado nessa esfera, a DPE/RS lançou, em abril de 2019, a campanha “Defender é Prevenir”. Fruto da parceria entre a Assessoria de Comunicação Social e o Núcleo de Defesa Criminal, a campanha tem como objetivo mostrar que, ao defender, acompanhar e buscar a reintegração social de pessoas acusadas de um crime, a Defensoria pode auxiliar na diminuição da criminalidade e da violência. A campanha, composta de um vídeo e *cards* digitais, foi veiculada nas redes sociais da instituição (YouTube, Facebook, Instagram e Twitter).

“EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES”

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) lançou em maio, mês da Defensoria Pública, em São Paulo, a campanha nacional “Em Defesa Delas: defensoras e defensores públicos pela garantia dos direitos das mulheres”. A iniciativa apresentou à população o trabalho da instituição em favor das mulheres que necessitam de acesso à justiça para a garantia dos seus direitos. Em todo o país, defensoras e defensores públicos atuam na orientação jurídica, na promoção de direitos humanos e no ingresso de ações judiciais, quando necessário, para a efetivação dos direitos das mulheres. A campanha contou com apoio do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege), das Defensorias Públicas Estaduais, das Associações das Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.



EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES.

PROJETO “PAI? PRESENTE!”

EXAMES DE DNA: GARANTINDO DIREITOS

Buscando assegurar o pleno exercício dos diversos direitos que decorrem da filiação, a Defensoria Pública possui avença com o Tribunal de Justiça e a empresa Becker Perícias e Consultoria Empresarial Ltda. ME., a qual possibilita a realização de testes de investigação de paternidade e de maternidade. Para tanto, a Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais organiza as pautas mensais dos exames de DNA, nos âmbitos judicial e extrajudicial, destacando-se a atuação institucional que possibilita a realização de perícias genéticas a partir da vontade dos genitores, sem que seja necessário o ajuizamento de demanda judicial. A Defensoria Pública oferece, de forma gratuita, a realização de exames de DNA para a testagem de origem genética, gerenciando cerca de 200 exames mensais. As coletas são realizadas, prioritariamente, nos laboratórios de nove municípios gaúchos conveniados.

DNA	
Exames agendados	2.134
Laudos produzidos	1.195
Ofícios encaminhados	1.815
E-mails encaminhados	1.506

PROJETO “PAI? PRESENTE!”

É realizado, desde 2012, em parceria com o Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Sindiregis) e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio Grande do Sul (Arpen/RS). Por meio da parceria, os Cartórios de Registro Civil oficiam a Defensoria Pública quando do registro de crianças sem a figura paterna, a fim de que se diligencie, em sendo o caso, no preenchimento de tal lacuna. O projeto busca resgatar a importância da figura paterna e a sua efetiva participação na vida de um filho, com a possibilidade de realização de exames de DNA gratuitos. Tem como princípio que todas as pessoas têm o direito de saber sobre sua verdadeira identidade, ou seja, de conhecer a sua origem e de ter o nome do pai em seus documentos. O reconhecimento da paternidade visa a dar dignidade às crianças e adolescentes e a garantir que os mesmos tenham assegurados todos os direitos decorrentes da paternidade. A relevância da iniciativa se traduz na garantia de um direito fundamental do indivíduo, atuando, ainda, na prevenção de ciclos de violência e criminalidade, fomentando a conciliação das famílias e evitando a judicialização de inúmeras ações.

No período, o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública (Nudeca) encaminhou 470 cartas-convite às mães que registraram a criança apenas em seu nome. Destas, 108 compareceram ao atendimento e 24 indicaram nome do suposto pai, resultando em nove exames de DNA agendados gratuitamente, após comparecimento de nove supostos pais ao atendimento.





DEFENSORIA PÚBLICA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO ANUAL 2019

REALIZAÇÃO

COMISSÃO EDITORIAL

Administração Superior

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Nicole Borges de Carvalho (DRT 83284179)

EQUIPE ASCOM - DPE/RS

Nicole Borges de Carvalho
Camila Schäfer
Lauren Willers Müller
Sandrine Knopp
Thiago Oliveira

ESTAGIÁRIOS ASCOM - DPE/RS

Letícia Guintani da Costa
Leonardo Lima Bandeira
Leonardo Vieira Martins

PROJETO GRÁFICO

Criação ASCOM - DPE/RS

REVISÃO

Camila Schäfer
Lauren Willers Müller

FOTOGRAFIAS

ASCOM - DPE/RS